



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - MÁFIA DAS ÓRTESES E PRÓTESES NO BRASIL			
EVENTO: Reservada	REUNIÃO Nº: 441R/2015	DATA: 29/4/2015	
LOCAL: Plenário 11 das Comissões	INÍCIO: 14h16min	TÉRMINO: 16h28min	PÁGINAS: 53

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

GIOVANI GRIZOTTI - Jornalista da RBS TV - Rede Brasil Sul de Televisão.

SUMÁRIO

Oitiva do Sr. Giovanni Grizotti sobre fatos indicados no requerimento de criação da CPI - Máfia das Órteses e Próteses no Brasil.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve oradores não identificados em breves intervenções.
Há palavra ininteligível.





O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a cartelização na fixação de preços e distribuição de órteses e próteses, inclusive com a criação de artificial direcionamento de demanda e captura dos serviços médicos por interesses privados - Máfia das Órteses e Próteses no Brasil.

O Deputado André Fufuca, Relator, já se encontra aqui ao lado.

Houve uma pactuação com o repórter da RBS, que estará aqui hoje, do não uso de aparelho celular na sala. Então, eu gostaria que os Deputados colocassem o aparelho no silencioso e não fizessem nenhuma imagem.

Nós também já entramos em contato com o DEPOL e com a Direção da Casa e não vai haver nenhuma gravação deste depoimento. Não vai poder haver imagem desse depoimento. Nós também solicitamos...

O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER - Nem gravação sonora, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Sonora sim, porque tem que fazer parte... Não vai haver gravação de imagem.

Aqui só estão os assessores da Comissão Parlamentar de Inquérito, que são funcionários da Casa, e minha assessora jurídica.

Eu gostaria de perguntar: aquele rapaz lá do fundo, quem é?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Assessor jurídico do Relator.

Então, vamos dar início ao depoimento.

Nós gostaríamos, primeiro, de informar que se encontra à disposição dos Srs. Parlamentares cópia da ata da sétima reunião, realizada em 23 de abril de 2015.

O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER - Peço dispensa da leitura, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Dispensada a leitura, por solicitação do Deputado Mário Heringer.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem a queira discutir, submeto a votação a respectiva ata.





Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada a ata.

Expediente.

Comunico aos Srs. Parlamentares o recebimento dos seguintes expedientes: do Deputado Fábio Mitidieri, em que solicita escusa de sua ausência na terceira reunião, realizada no dia 14 de abril; do Deputado Antônio Jácome, em que solicita escusa de sua ausência na sexta reunião da CPI, realizada no dia 22 de abril; da Liderança do PRB, em que solicita escusa das ausências do Deputado Roberto Alves na quinta, sexta e sétima reuniões da CPI, realizadas nos dias 16, 22 e 23 de abril, respectivamente; do Deputado Juscelino Filho, em que solicita escusa de suas ausências na sexta e sétima reuniões da CPI, realizadas no dia 22 e 23 de abril; da Dra. Débora Dalcin Rodrigues, do Departamento Jurídico do Grupo RBS TV, em que informa que o jornalista Giovani Grizotti será acompanhado pelo advogado, Dr. João Paulo Fernandes de Carvalho, do Escritório Paixão Cortês e Advogados Associados; do Deputado Hugo Leal, do PROS do Rio de Janeiro, em que solicita escusa de sua ausência na quinta, sexta e sétima reuniões, realizadas nos dias 16, 22 e 23 de abril, respectivamente.

Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se a ouvir o repórter da Rede RBS TV, Sr. Giovani Grizotti, sobre os fatos indicados no requerimento de criação da presente CPI. Ele vem a esta Comissão Parlamentar de Inquérito na condição de convidado, conforme o Requerimento nº 15, de minha autoria, e o Requerimento nº 31, de autoria do Deputado Mário Heringer, do PDT de Minas Gerais, aprovados na reunião do dia 7 de abril.

Em razão de o repórter exercer atividade jornalística de natureza investigativa, foi solicitado por ele ser ouvido em reunião reservada e não ter registro sua imagem, em razão de ela caracterizar-se como importante elemento da sua identidade de repórter investigativo. Com fundamento no art. 48, § 1º, do Regimento Interno da Casa, esta reunião foi assim convocada. Por esta razão, só será permitida a presença de Parlamentares, de funcionários em serviço na Comissão e de técnicos. Portanto, já determinamos à Polícia Legislativa que atue no sentido de





não permitir entrada, nem permanência de outras pessoas neste recinto, o que está sendo feito.

Esclareço, ainda, que esta Presidência não autoriza a realização de registro de imagem de qualquer natureza — fotos, filmagens — do Sr. Giovani Grizotti neste recinto.

O registro sonoro será realizado pela equipe da Coordenação de Audiovisual, a qual deverá ser composta apenas por servidores do Quadro Efetivo da Câmara dos Deputados.

Peço a atenção dos Srs. Deputados, pois ocorrerá a gravação sonora, mas não haverá a amplificação do som pelos alto-falantes deste plenário. O uso da palavra ao microfone é indispensável para que ocorra o registro. Solicito atenção a esse importante detalhe.

Informo ao Sr. Giovani Grizotti que a colaboração de S.Sa. será bastante relevante para os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Convido o Sr. Giovani Grizotti a tomar assento à mesa. *(Pausa.)* Também convido seu advogado. Peço que arrumem uma cadeira, para que o Dr. João Paulo Fernandes de Carvalho sente-se ao lado do Sr. Giovani Grizotti. *(Pausa.)*

Peço a atenção dos nobres Deputados e Deputadas para os seguintes procedimentos que nortearão os trabalhos de hoje.

A palavra será concedida ao convidado, que terá o prazo de 20 minutos, prorrogáveis a seu critério, porque acho de fundamental importância dar a ele o tempo que achar necessário, tendo em vista o trabalho que fez durante mais de 4 meses para ultimar aquela reportagem que deu inclusive ensejo à criação desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Ele não poderá ser aparteado durante sua exposição, conforme o art. 256, §2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Concluída a apresentação será concedida a palavra ao Relator pelo tempo que solicitar e em seguida aos demais Deputados e Deputadas, observada a ordem de inscrição, no prazo de 3 minutos cada um, para interpelar o convidado.

O convidado somente poderá ser interpelado sobre o tema objeto dos termos do convite formulado por esta CPI. Então, está proibido qualquer outro tema que não seja o objeto da CPI.





O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER - Presidente, só para esclarecimento, autor de requerimento tem preferência na inscrição ou não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Autor de requerimento tem preferência.

O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER - Se tiver, eu estou nessa; se não tiver, eu quero minha inscrição já, de uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Está bem. A lista de inscrição para o debate encontra-se à disposição dos Srs. Deputados na mesa de apoio. Então, V.Exa. poderá assiná-la em primeiro lugar.

É permitida a permuta de inscrição entre os Deputados, mas os que não se encontrarem presentes na hora da chamada perderão a inscrição.

Esta Presidência consulta os Srs. Parlamentares sobre a possibilidade de se formarem blocos de perguntas. Eu acho que, para darmos agilidade, os Deputados podem perguntar e nosso convidado poderá responder, incontinênti, desde que o Deputado faça durante seus 3 minutos. Vamos dispensar a réplica e a tréplica. Se for necessário, os Deputados e as Deputadas poderão fazer inscrição novamente.

Solicito ainda que sejamos breves, para que todos os inscritos possam fazer uso da palavra.

Eu gostaria de, antes de passar a palavra ao Sr. Giovani Grizotti, mais uma vez — já o fiz — agradecer-lhe pela resposta positiva desde o primeiro instante. Houve um contratempo que não foi criado por ele, mas por algum mecanismo que existe dentro da própria Rede Globo de Televisão, da qual a RBS é afiliada, que foi superado. A gente gostaria também de agradecer à Rede Globo e a sua afiliada RBS por ter permitido a presença do jornalista aqui nesta tarde de hoje.

Já disse para ele que também há interesse de todos nós em não fazer espetacularização desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Nós queremos é construir um marco regulatório e estamos tendo apoio de todas as instituições ligadas a este tema — Ministério da Saúde, empresas de plano de saúde, Agência Nacional de Saúde Suplementar, ANVISA, Conselho Federal de Medicina, Associação Médica Brasileira, Federação Nacional dos Médicos. Todas as entidades que representam a categoria médica nas várias especialidades envolvidas com esta temática, todos nós estamos envolvidos em construir um marco regulatório. Mas, à





medida que a CPI for avançando naquilo que é também seu papel, vamos fazer investigação e apontar para aqueles que de fato têm que prestar contas à Justiça brasileira.

Então, eu gostaria de agradecer-lhe. Certamente o senhor tem a dimensão deste papel da Comissão Parlamentar de Inquérito e do que o senhor representa neste momento. Também gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa e pelo belo trabalho que fez, que ensejou a criação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

V.Sa. começa com o tempo de 20 minutos, e poderá, à medida que for necessário, ir pedindo o tempo que achar importante para esclarecer todos os assuntos atinentes ao tema.

Com a palavra o Sr. Giovanni Grizotti.

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Obrigado, Presidente, pelas palavras de apoio.

Boa tarde a todos. Quero dizer que é uma honra muito grande estar aqui, poder colaborar com esta CPI, na expectativa de que, a partir do trabalho desta Comissão, essa realidade que a gente começou a desnudar possa mudar no País.

Na verdade, eu persigo essa questão desse tema envolvendo as próteses já há muito tempo. Na década de 90 nós levamos ao ar no Rio Grande do Sul uma reportagem, que acabou sendo exibida no *Jornal Nacional*, sobre um trabalho do Ministério Público, que descobriu uma máfia envolvendo empresas e médicos no Grupo Hospitalar Conceição, mais especificamente no Hospital Cristo Redentor, que é um dos prontos-socorros de Porto Alegre. Ali a gente já tinha uma noção de como que operava esse esquema que era material de baixa qualidade, que rendia dinheiro à empresa, que rendia dinheiro ao médico e que rendia dinheiro também aos diretores do hospital.

O resultado desse trabalho foi a condenação de várias pessoas, muitas das quais inclusive continuam no mercado — médicos, empresas. Uma delas, depois de fechar as portas com o nome que tinha na época da denúncia, reabriu, trocando o nome da empresa, com o nome de outra empresa, e nada mudou.

Nos últimos 2 anos a gente recebeu algumas denúncias superficiais envolvendo a atuação dessa máfia, sempre naquele esquema de médico que indica uma marca e que depois recebe uma comissão do distribuidor ou do fabricante. Até que do começo do ano de 2014 para cá três pessoas entraram em contato com a





gente — uma não conhecia a outra —, pessoas ligadas a empresas que distribuem próteses e também que já trabalharam em clínicas que se valiam dessas próteses e onde figurava esse esquema de corrupção entre médicos e distribuidores.

A partir das informações repassadas por essas pessoas, coincidentemente, mesmo sem se conhecerem, entraram em contato conosco — e quando eu falo conosco entendam por meu intermédio também, através da redação do *Fantástico*, lá no Rio de Janeiro. A partir dessas informações a gente conseguiu, então, começar a montar um quebra-cabeça de como é que esse grupo agia.

Num primeiro momento nos reunimos com uma ex-funcionária de uma distribuidora de *stents* cardíacos em Santa Catarina e também com uma pessoa que conhece a fundo esse segmento das próteses, uma espécie de consultora que faz um meio de campo entre planos de saúde e empresas que fornecem esses materiais.

Aí nós descobrimos várias situações, que vão desde essa relação promíscua entre o médico e a empresa até a exorbitância do lucro praticado por essas empresas que fabricam e que importam as próteses para dentro do Brasil, e também a questão muitas vezes envolvendo até mesmo os próprios hospitais, que, além de serem coniventes — isso a terceira reportagem da série mostrou —, também ganham dinheiro em cima dessa máfia.

Nós gravamos uma entrevista, inicialmente — e esse foi o ponto de partida da reportagem —, com essa ex-funcionária de uma distribuidora de *stents* cardíacos do Rio de Janeiro. Ela relatou que o médico que utilizava o *stent* da empresa não apenas ganhava comissão para fazer a indicação da marca, como também utilizava implantes com prazo de validade vencido, e relatou uma situação específica envolvendo o Hospital Marieta Konder, de Itajaí, em Santa Catarina, repassando-nos documentos, trocas de *e-mails* e contas bancárias desse médico nas quais era depositado o dinheiro da comissão, que variava conforme o preço do *stent*: se o *stent* era nacional, mais barato, a comissão era menor; se o *stent* era importado, mais complexo, farmacológico, que usa produto químico na sua implantação no organismo, a comissão era maior.

Nós fizemos uma primeira análise desse material e checamos que a conta era verdadeira, que o médico realmente existia, que naquele período ele operava no





Hospital Marieta, trabalhando em cirurgias cardíacas de implantação de *stents*, e que também era o chefe da hemodinâmica do hospital, que é o setor hospitalar que trata desse tipo de cirurgia.

O segundo passo foi receber a documentação que mostrava a seguinte situação: a mesma prótese vendida a um plano de saúde de São Paulo custava “x”, e depois a mesma empresa, o mesmo distribuidor, vendeu a mesma prótese para um plano de saúde no Rio Grande do Sul custando 3 “x”. Ou seja, havia uma discrepância enorme do custo dessa prótese que chegava ao plano de saúde, dependendo do Estado brasileiro em que ele era negociado.

Com base em alguns desses orçamentos que mostravam as discrepâncias de valor, nós começamos a entrar em contato com algumas dessas empresas. Eu inicialmente, valendo-me de um trabalho que a gente costuma chamar de infiltração, que é criar uma identidade para tentar obter, do outro lado, do lado do criminoso, a confissão de um crime, criei uma identidade fictícia de um médico.

Inicialmente tentamos esse contato por telefone. A gente percebia que havia uma desconfiança muito grande na hora de tratar principalmente das comissões. Em todos os casos os vendedores das empresas disseram que só faziam esse tipo de negociação pessoalmente. Nós chegamos até a pensar em desistir: *“A gente não vai conseguir pegar isso. É muito difícil.”* Até que surgiu a ideia de eu participar na condição de um suposto médico de congressos de medicina pelo País, especialmente congressos de ortopedia, de hemodinâmica e de buco-maxilo-facial, que são aquelas cirurgias de face. Aí realmente a gente pôde perceber a dimensão desse esquema em todo o País.

Fomos inicialmente a um congresso organizado, se não me engano, pela Sociedade Paulista de Ortopedia, em Campinas, num hotel de luxo, um *resort* na verdade, lá usando a identidade de um suposto médico, que ficticiamente nós chamamos de Antônio Miranda. Com crachá, telefone, cartão de visitas do Dr. Antônio Miranda, passamos a visitar os estandes das empresas, onde geralmente nesses congressos expõem seus produtos.

Muitas vezes as negociações entre os médicos e os distribuidores de implantes começam nesses congressos de medicina, seja porque o médico tem a viagem, as despesas, a hospedagem e a inscrição pagas por essa empresa, seja porque o





médico realmente se interessa em ir lá adquirir conhecimento. E muitos desses congressos são internacionais.

Ali a gente já começou a ouvir, então, as primeiras propostas. Uma das empresas, vocês devem ter acompanhado a reportagem, foi a Brumed. Eu diria que a Brumed, dentro da especialidade dela de ortopedia, faz uma espécie de clínica geral em termos de corrupção e fraude: ela fraudava licitações, paga propina a médicos e também pratica falsidade ideológica, na medida em que tem empresas de fachada para apresentar falsos orçamentos que, no final, ela própria vai fornecer.

O proprietário da Brumed, imaginando que estava conversando com um médico, ofereceu uma propina que chegava a 25%. Disse que já tinha fraudado uma licitação do Exército dessa maneira. A gente não conseguiu confirmar isso. Essa foi uma informação que ficou na boca dele, que não foi divulgada. E disse que tinha empresas de fachada, de modo que, se o plano de saúde solicitava três orçamentos diferentes para depois escolher o de menor valor, essas três empresas já estavam fechadas, porque elas seriam de funcionários da Brumed. Então, obviamente a própria Brumed iria ser a fornecedora das próteses.

Essa empresa fica no interior de São Paulo, mas ela também é uma das principais distribuidoras do Norte do País, especialmente no Amazonas. Junto do proprietário da Brumed estava também um vendedor naquela ocasião.

Depois fomos visitar outros estandes. As ofertas indecentes se repetiram. E me chamou muita atenção a oferta de uma empresa de São Paulo. Agora me deu um branco sobre o nome, mas é a empresa que falava em maquiagem o pagamento da propina na forma de contratos de consultoria, daquele cidadão que saiu correndo durante a reportagem. Isso é fácil de buscar nos...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Exatamente!

E aí nós percebemos um novo *modus operandi*, que até então não conhecíamos: para legalizar, digamos, essa comissão que os médicos recebem perante a Receita Federal, essas empresas assinavam contratos de consultoria, como se os médicos assinassem contratos de consultoria, que na verdade nada mais eram do que uma forma de maquiagem o pagamento da propina.





Aí acabou se encaixando também na explicação que deu a empresa do Rio de Janeiro que vendeu os *stents* para o hospital de Santa Catarina. Ela admitiu que talvez tenha repassado algum dinheiro para esse médico, porque ele tinha feito treinamentos para funcionários dessa empresa e teria realizado algumas consultorias.

Seguindo a mesma forma de trabalhar, nós fomos também a um congresso de medicina no Rio de Janeiro, um congresso internacional de ortopedia, da Sociedade Brasileira de Ortopedia. Lá esse tipo de oferta das empresas a mim que me fiz passar por médico se repetiram. Houve situações inclusive em que representantes de empresas disseram que era possível direcionar editais no caso de eu ser diretor de hospital público, porque em alguns casos eu me apresentei como diretor de hospital público para poder flagrar essas fraudes a licitações, porque na iniciativa privada não há licitações.

Foi aí que uma empresa que distribui equipamentos hospitalares disse que era possível direcionar um edital de modo a que ela vencesse a licitação de equipamentos que são usados em cirurgias para colocação de próteses. A gente fez questão de gravar isso para deixar claro que a corrupção começa antes mesmo de a cirurgia acontecer, já na fase do diagnóstico, com a venda de equipamentos de imagem que são usados para decidir se uma pessoa precisa ou não realizar cirurgia.

No decorrer desse trabalho de visitas a congressos de medicina para gravar essas ofertas das empresas a gente passou a buscar também elementos que pudessem corroborar aquilo que a gente estava mostrando na reportagem. Descobriram-se levantamentos, como o do Hospital Albert Einstein, em São Paulo, indicando que uma quantidade enorme de cirurgias ortopédicas avaliadas pelo hospital não eram necessárias e não haviam sido recomendadas.

Houve uma situação envolvendo o Hospital Mãe de Deus, no Rio Grande do Sul. Havia um grupo de trabalho dentro do hospital para emitir uma segunda opinião, e esse grupo descartava mais de 35% dos diagnósticos de cirurgia. A partir disso a gente começou a fechar o quebra-cabeça. Isso levantou a suspeita de que muitas dessas cirurgias eram desnecessárias. Ou seja, essas pessoas foram operadas possivelmente a partir do desejo do médico de ganhar uma comissão em cima da prótese que estava sendo vendida.





Sob esse ponto de vista, a gente comprovou isso no contexto de outra parte da reportagem, a que tratou da indústria das liminares. Havia um grupo de médicos liderados pelo Dr. Fernando Sanchis que falsificava documentos, induzia pessoas muitas vezes sadias a entrar na Justiça para forçar o Governo ou o plano de saúde do Governo Federal ou o plano de saúde dos servidores do Governo do Rio Grande do Sul...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Qual o nome, por favor.

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - O IP, Instituto de...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Não. Fernando?

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Fernando Sanchis.

O Dr. Fernando Sanchis atendia essas pessoas pelo SUS e as encaminhava até escritórios de advocacia, que, possivelmente mancomunados com os médicos, entravam com pedido de liminar para forçar o Governo, o plano de saúde do Governo Federal e, algumas vezes, os planos de saúde privados a bancar cirurgias desnecessárias e superfaturadas.

Entrando em contato com esses planos, principalmente o do Instituto de Previdência do Rio Grande do Sul, os advogados nos mostraram documentos utilizados na defesa judicial desses pedidos de liminar em que, segundo as opiniões contratadas pelo plano, mostravam que aquela pessoa não deveria ter sido operada ou não era caso de cirurgia. Ela poderia ter sido tratada a partir de um procedimento menos invasivo, enfim, não operatório.

Foi aí que a gente descobriu, entrando em contato com os médicos que assinavam os outros dois orçamentos — porque a Justiça tem por norma exigir também três orçamentos para depois escolher o de menor valor, e é aquele, mesmo sendo superfaturado, que vai ser o fornecedor dos produtos —, que um dos médicos, cujo nome aparecia na assinatura desses orçamentos, sequer sabia que havia aqueles orçamentos em nome dele. Então, o Dr. Fernando Sanchis, muito possivelmente ele próprio, falsificou aqueles orçamentos, para que o da empresa dele, que era o de menor valor — da clínica dele —, vencesse essa suposta disputa, que, na verdade, não acontecia.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Ortopedista?

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Ortopedista.





A partir dessa suspeita, nós encomendamos uma perícia, então, nas assinaturas que apareciam naqueles orçamentos a um perito particular, Dr. Oto Rodrigues, um dos maiores peritos em documentoscopia do País, sediado em Porto Alegre. Conseguimos coletar uma assinatura do Dr. Fernando Sanchis numa guia de atendimento do SUS. O perito confrontou as assinaturas que havia nos três orçamentos com a assinatura real, declaradamente do Dr. Fernando Sanchis, e descobriu que todas elas foram feitas pelo mesmo punho. Ou seja, a partir daí a gente comprovou que o médico falsificou as assinaturas para enganar a Justiça e induziu o juiz ou o desembargador a deferir uma liminar determinando uma cirurgia superfaturada.

Num outro momento nós viajamos a Uberlândia, onde houve uma denúncia do Ministério Público Federal em cima de médicos que recebiam propina para indicar marcas de marca-passos. Lá a gente ouviu uma história, que talvez vocês possam investigar melhor. Naquele momento a gente, editorialmente, optou por não usar essa informação. O Delegado da Polícia Federal de Uberlândia afirma que houve um caso em Uberlândia — e isso até parece coisa de filme — de um paciente que recebeu um marca-passo de outro paciente já falecido.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Qual o nome, por favor?

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Eu não vou lembrar agora, mas ele apareceu na reportagem. Tanto ele quanto o Procurador da República afirmam isso.

A gente não colocou essa informação no ar porque outro médico que subsidiou a investigação disse que a história não era bem assim. Então, mesmo havendo um delegado e uma autoridade do Ministério Público Federal afirmando, a gente preferiu não usar essa informação.

E lá em Uberlândia havia outra investigação ainda em andamento de um Procurador da República sobre o excesso de lucro com que essas próteses chegam até os planos de saúde, a altíssima lucratividade que esse material tem. Aí nós pegamos... O Procurador requisitou — o que é um direito dele, um poder que ele tem de requisitar documentos — a várias empresas de Minas Gerais que fornecem próteses para a Unimed as notas fiscais de importação dessas próteses. Aí indicava, por exemplo, que um parafuso “x” que foi colocado num determinado paciente foi comprado pelo plano de saúde por 200 reais. E a gente descobriu nas cirurgias do





Dr. Fernando Sanchis, lá em Porto Alegre, parafusos semelhantes, da mesma marca, do mesmo modelo, vendidos pela empresa de próteses a 2 mil reais. Essa empresa de próteses se chama Intelimed. Ela não estava presente nos congressos de medicina que nós visitamos pelo País. Então, o que a gente fez?

Nós conseguimos firmar uma parceria com um hospital, que eu vou me reservar o direito de não revelar qual é, e eu montei um consultório médico dentro desse hospital para atrair o vendedor dessa empresa Intelimed e ver que tipo de proposta ele iria me fazer. Usei jaleco, cartãozinho de visita, crachá, mesmo esquema. Marcamos um encontro, chamei o vendedor da Intelimed, que é irmão do dono — o sobrenome dele é Fidelix —, e disse que eu era médico de determinado plano de saúde e queria firmar parceria com ele. Ele imediatamente ofereceu uma comissão de 20% a 25%, em troca de indicar as próteses vendidas pela Intelimed, e também me disse que operava neste esquema de orçamentos frios: se eu médico precisasse apresentar ao plano de saúde três orçamentos, ele poderia conseguir outros dois de maior valor para que o da Intelimed vencesse a licitação sendo o de menor valor.

Então, a gente estabeleceu uma relação de causa entre essa alta lucratividade que a prótese tem quando é vendida pelo plano de saúde com o dinheiro que também vai para o médico. Ou seja, essa corrupção que existe entre o médico e a empresa distribuidora de prótese também onera o plano de saúde e, por consequência, o consumidor, que no final das contas vai pagar esse prejuízo, e, obviamente, também o Sistema Único de Saúde, porque, voltando à situação de Itajaí, por um *stent* que custava 10 mil reais, bancado pelo SUS, o médico ganhava 3 mil reais. Quer dizer, o Governo Federal é que está pagando essa comissão, essa propina. Então, todos os brasileiros, por consequência, estão sofrendo com isso.

Aí, no caso do hospital de Itajaí teve algo que me chocou muito e que depois acabou, digamos assim, se espraiando para as demais esferas do Governo Federal que deveriam controlar esse tipo de comércio e fraude, e não controlam. Nós dispúnhamos, a partir das informações repassadas por essa ex-funcionária — que, talvez, convidada, viria depor aqui, porque ela gosta muito de falar... Nesses documentos internos do Hospital Marieta, aliás, da empresa de próteses do Rio de Janeiro, havia o número de série do *stent*. Para que serve, em tese, o número de





série? Para que ele possa ser rastreado pelas autoridades sanitárias do País. Se der algum problema, se alguma pessoa morrer em função de um *stent* com prazo de validade vencido ou com algum outro problema, é possível saber quem vendeu, quem operou, quem forneceu.

Por incrível que pareça — e isso me escandalizou muito na época —, a ANVISA não teve como rastrear. Não teve como rastrear! Nós ligamos várias vezes, quase mendigamos por essa informação, e, depois de várias trocas de *e-mails*, telefonemas, a ANVISA nos disse que eles não têm esse tipo de controle e que não é possível saber quem forneceu o *stent*, o prazo de validade do *stent*. Então, a gente percebeu que realmente há desamparo em termos de controle e fiscalização esse segmento de próteses. Comprovadamente, os *stents*...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Já deram os 20 minutos. Nós concedemos mais 20 minutos, se precisar.

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Eu já vou finalizar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Eu gostaria de pedir aos Deputados que estão com celulares... Nós assumimos um compromisso de não usar celular nesta sessão para não haver nenhuma imagem e também nenhuma gravação da fala do repórter.

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Desculpe, pessoal, é que eu extraviei minha carteira com todas os documentos, dinheiro, cartão de crédito, e acabou de chegar a informação de que a carteira foi encontrada hoje no avião.

Sobre a questão dos *stents*, em função disso, a nossa esperança, a partir dessa parceria com a ANVISA e da troca de informações, era comprovar a denúncia dessa vendedora de *stents* do Rio de Janeiro de que aqueles que foram negociados por esse médico no Hospital Marieta, em Itajaí, realmente tinham o prazo de validade vencido. Não conseguimos dessa forma.

A única saída que a gente encontrou foi dividir essa informação com o hospital e confiar na sua lisura de realmente investigar o que estava acontecendo. Com base única e exclusivamente naquela lista que nos foi encaminhada pela vendedora de próteses e cuja cópia foi repassada ao hospital, com dez nomes de pacientes — apenas um de plano de saúde, da Golden Cross, todos os outros do





SUS —, o hospital comprovou que, daqueles nove ou dez pacientes, dois realmente receberam *stents* cardíacos com prazo de validade vencido.

A investigação segue no Ministério Público. Que a gente saiba, não foi tomada nenhuma providência por parte da ANVISA, até porque ela não tem nem como controlar isso. O que mais me deixou pasmo é que o papel dela era esse, fazer o que se chama de rastreabilidade das próteses que chegam ao País. Mas, pelo menos em relação a *stents* cardíacos, a gente sabe que ela não tem condições de fazer ou, pelo menos naquele momento, não tinha.

Depois surgiram fatos paralelos, talvez de relevância um pouco menor, que também mostravam conivências de hospitais em relação à questão das próteses, uma vez que os hospitais cobravam uma taxa chamada de “comercialização das empresas”, que eram obrigadas a repassar de 10% a 20% para o hospital manter aquela prótese armazenada no seu interior. É praxe. Não há regulamentação no sentido de proibir ou de liberar. O mercado todo sabe que é assim que funciona.

Enfim, eu poderia passar uma tarde aqui, eu acho, descrevendo, contando bastidores. Passei por uma situação difícil quando eu estava no Rio de Janeiro preparando a segunda reportagem da série para o *Fantástico*: uma testemunha, um policial militar, foi procurado por um grupo de policiais de São Paulo querendo informações a meu respeito, lá em Porto Alegre, sabendo já de coisas pessoais da minha vida, que eu tinha cavalo, que eu costumava andar a cavalo. Quer dizer, já tinham conhecimento prévio da minha rotina. Tive que andar com segurança no Rio de Janeiro naquele período, por precaução da Globo. Percebi muita reação negativa no meio médico.

Pode se pensar que essa é uma situação isolada, que envolve um, dois ou três médicos, mas a reportagem mostrou que não são casos tão isolados assim. Uma pesquisa do Conselho Regional de Medicina de São Paulo revelou um percentual bastante alto de profissionais que, em entrevista ao próprio CREMESP, admitiram que já receberam algum tipo de presente da indústria farmacêutica e da indústria de equipamentos hospitalares e de próteses.

Aí uma questão ficou de fora num primeiro momento dessa reportagem. A gente percebeu que existe algo parecido na questão envolvendo medicamentos também. Num dos congressos de medicina no Rio de Janeiro um distribuidor, uma





multinacional na área de medicamentos me ofereceu uma viagem turística, em troca de indicar os remédios da empresa. Então, parece que ficou muita coisa de fora também para ser explorada.

Outra questão me foi colocada também, mas não houve tempo hábil de investigar, até porque foram 4 meses de trabalho e eu precisava também tocar outras coisas, porque nosso trabalho no jornalismo envolve várias outras demandas. As pessoas nos procuram muito. Pelos relatos que nós ouvimos, há um problema muito sério na área de quimioterapia também: médicos que atuam no tratamento de câncer receitam quimioterapias desnecessárias, porque são remédios extremamente caros. Há um esquema parecido também na área de gastro, principalmente com relação à colocação de balões em pessoas que sofrem de obesidade mórbida. Em oftalmologia também, com indicações de lentes, óculos. O Sindicato das Óticas do Rio Grande do Sul tem um trabalho a respeito de médicos que indicam marcas de lentes de contato e de próteses.

Enfim, eu acho que daria para encerrar por aqui. A gente complementaria a partir dos questionamentos que os nobres Deputados vierem a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Nós estamos passando as folhas aqui para o repórter e a caneta. Ele poderia assentar os questionamentos que vão ser feitos e responder ao Relator, depois aos Deputados, conforme a lista de inscrição.

Vou passar a palavra ao Deputado André Fufuca, Relator, para fazer os questionamentos acerca da fala do repórter.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Inicialmente, boa tarde a todos.

Eu o cumprimento e lhe agradeço por, primeiro, ter acatado nosso convite e, segundo, pela brilhante matéria que fez, que resultou na criação desta CPI, CPI esta que visa combater e abolir essa prática nefasta com a qual você pôde conviver diretamente durante 4 meses. Então, externo aqui os meus cumprimentos por sua matéria e por sua coragem como repórter e cidadão, por ter sensibilidade com aqueles que padecem em relação a isso.

Giovani, eu vou fazer-lhe algumas perguntas e gostaria que o senhor nos esclarecesse, para ajudar no trabalho da CPI.





Sem pretender violar o sigilo da fonte, como surgiu o seu interesse em realizar matéria jornalística sobre a máfia das próteses?

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Eu acho que...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - O senhor anota e responde depois, está bem?

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Sim.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - O senhor sofreu ameaças em razão da investigação jornalística que realizou?

O senhor sabe dizer há quantos anos a máfia das próteses e órteses atua no Brasil?

No que se refere à manipulação dos requisitos constantes do edital da compra de próteses por entes públicos, o senhor pode nomear os Estados e Municípios que fizeram uso de tal artifício? Poderia dizer a esta CPI se o senhor conseguiu identificar algum servidor, alguma empresa ou gestor público envolvido? Nós sabemos que a matéria foi feita em alguns Estados, mas é uma epidemia, todos os Estados brasileiros têm alguma referência a isso. Após a matéria, o senhor teve conhecimento de novas denúncias em outras áreas, em outras regiões, em outros Estados do País?

Quanto à indicação desnecessária de cirurgias para a colocação de próteses e órteses, o senhor sabe dizer se algum paciente sofreu sequelas temporárias ou permanentes? Em caso positivo, onde poderíamos localizar ou o paciente ou o médico que acabou por causar a lesão?

Quanto às ações judiciais envolvendo cirurgias eletivas para a colocação de órteses e próteses, o senhor sabe informar se os advogados e agentes públicos atuantes também pertenciam à máfia das próteses? Em caso positivo, o senhor poderia declinar os nomes, se tiver esse conhecimento?

O senhor saber dizer se os hospitais onde foram feitas as cirurgias desnecessárias ou superfaturadas possuem envolvimento com a máfia das próteses e órteses? Em caso positivo, decline os seus respectivos nomes e gestores.

No que tange à presença de corpo médico para a fiscalização das cirurgias de alto custo, como menciona na reportagem, o senhor sabe dizer se há profissionais envolvidos na máfia das próteses? Em caso positivo, peço que cite os nomes, se





essa fiscalização conseguiu apurar conduta ilícita e, em caso positivo, quais as pessoas envolvidas.

O senhor possui alguma estatística de cirurgias desnecessárias ou superfaturadas realizadas?

Sabe se a máfia tem atuação nacional, se é ligada a uma central e se essa central tem ramificações, funciona como uma teia de aranha? Em caso positivo, quais os Estados e Municípios?

Na reportagem foi mencionado que alguns médicos danificam de forma proposital próteses e órteses para ocorrer maior utilização de produtos. Inclusive aqui nós tivemos médicos que denunciaram essa prática. Como poderemos chegar a essa conclusão?

Em relação às empresas denunciadas na matéria, foi comprovado ou há alguma prova de que há alguma ligação entre elas, como se fosse uma produção e uma fabricação de um cartel?

No que se refere à denúncia efetuada na reportagem no sentido de que são apresentados três orçamentos para instruir a petição inicial nos feitos judiciais envolvendo a realização de cirurgias de colocação de órteses e próteses, o senhor poderia informar se os três profissionais que subscreveram os mencionados documentos possuem ligação entre si de forma a favorecer o orçamento mais barato que foi elaborado pelo Dr. Sanchis? Tal prática é rotineira e efetuada por outros profissionais? Quem são eles?

Quais são as denúncias citadas pelo vendedor que corre ao final da reportagem e que a Receita Federal e a Polícia Federal estão apurando? A reportagem cita esse trecho.

Na sua perspectiva, onde está o maior foco do problema: no médico, na empresa? Onde?

Tendo em vista a investigação realizada, o que, em sua opinião, mais favorece a prática de tais atos?

Os hospitais públicos foram muito citados na reportagem, vemos diversas denúncias em relação a eles. Mas o senhor teve conhecimento, no momento em que viveu, nesses 4 meses, esse fato, de hospitais privados fazendo cirurgias desnecessárias, cirurgias superfaturadas visando apenas ao lucro financeiro em





troca de lesar ou não pacientes? Faço essa pergunta porque houve denúncias verbais, nada requerido ou com provas, de hospitais privados do País que faziam cirurgias desnecessárias apenas pelo fator financeiro. Então, é importante também que nós possamos ter esse olhar.

Eu me recordo que, quando falei a primeira vez com o senhor, e o senhor se prontificou a vir à CPI, como faz hoje, o senhor falava das três matérias: uma sobre órtese e prótese, uma sobre quimioterapia e uma sobre fármacos. Há alguma empresa que tenha ligação nessas três áreas?

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Repita, por favor.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Foram três matérias: a primeira sobre órtese, a segunda sobre quimioterapia e a terceira sobre fármacos, remédios.

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Não, não, isso não virou matéria. Fármacos e quimioterapia não viraram matéria, foi só um comentário que eu fiz aqui.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Certo. Mas eu lhe pergunto: há alguma empresa que tenha norte nas três áreas?

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Ah, o.k..

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Que ela tenha, nas três áreas, problemas com licitações, com defraudações, com falsificações. Mesmo não sendo ligadas uma à outra, mas que os seus sócios, os seus representantes tenham empresas laranjas, sendo que, no fim, todas as empresas são ligadas entre si. Eu lhe pergunto se há alguma empresa em que o senhor encontrou isso. E, no caso da quimioterapia, qual foi o Estado, a região do País em que o senhor mais encontrou isso?

Eram esses os meus questionamentos. Eu acredito que, pela sua coragem, pela sua altivez como repórter, o senhor estará à nossa disposição para podermos, quando necessário, procurá-lo.

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Claro.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Até porque o senhor tem um conhecimento imenso em relação a esse assunto. Quando conversava com o senhor, eu vi o seu conhecimento e o seu interesse em que esse problema tenha uma solução concreta.





O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Claro. O objetivo do nosso trabalho é o mesmo do da CPI: colaborar para resolver o problema.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Colaborar para resolver e minimizar esse problema. Sabemos das dificuldades, sabemos da extensão do nosso País, um país continental, de problemas regionalizados. Mas externo o nosso agradecimento, mais uma vez, de público, apesar de somente os Deputados aqui estarem, por não ser esta uma sessão aberta, mas o nosso agradecimento de público por sua matéria, por sua reportagem e por sua coragem como cidadão e como repórter. Graças a isso — ontem mesmo tínhamos aqui uma sessão que falava da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa —, graças à imprensa livre temos essas denúncias e podemos lutar para que essas práticas sejam coibidas. Muito obrigado e ficam aí os meus questionamentos.

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Eu vou passar a palavra ao convidado para responder às perguntas.

O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER - Sr. Presidente, gostaria de fazer um pedido a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado, só um minutinho.

O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER - Se eu fizer o pedido antes, talvez V.Exa. possa me atender.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Então faça o seu pedido, Deputado.

O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER - Se V.Exa. falar antes não vai poder me atender. Eu queria pedir a V.Exa. para fazer a minha intervenção, já que eu sou o primeiro, porque eu sou o Relator da Comissão de Licitações e eu estou sendo chamado para sair. Eu queria fazer duas ou três colocações, gastaria 2 minutos, não mais que isso. Era o pedido que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Vamos abrir essa exceção para o Deputado Mário Heringer, que é Relator em outra Comissão. Então, Deputado Mário Heringer, V.Exa. tem 3 minutos. Depois nós passaremos a palavra ao convidado para responder aos questionamentos do Relator e do Deputado Mário





Heringer. Depois nós vamos fazer blocos de cinco, já que hoje a sessão está bastante concorrida.

O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER - Sr. Presidente, muito obrigado. Eu não vou utilizar os 3 minutos. Eu quero fazer só algumas colocações rapidamente. Eu quero dizer aos colegas da CPI que só com o advento da CPI já há relatos na área de operadoras de planos de saúde de que houve uma redução de 35% no uso de órteses e próteses, de materiais especiais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - A informação que nos chega, que nós já publicizamos na reunião anterior, era de uma redução de 25% a 30%. Hoje nos chega a informação de que essa redução já está beirando os 40%.

O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER - Bom, deixe-me concluir, senão tomo muito tempo do pessoal. Eu não sei se isso é 100% bom ou 100% ruim, mas, com certeza, é um sinal incontestável de que o ímpeto, pelo menos, começou a arrefecer. Isso nós vamos ver mais à frente.

Giovani, obrigado pelo seu trabalho. Eu vou te chamar de Giovani. Desculpe-me a intimidade, porque eu já acompanho o seu trabalho há algum tempo e a gente acaba ficando meio viciado com isso.

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - O senhor colaborou também.

O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER - Obrigado. Nós temos hoje, claramente, duas situações: a situação da saúde suplementar e a situação da saúde privada. O SUS e a saúde suplementar. No SUS não existe, hoje, nenhum mecanismo de defesa para esse tipo de situação. Na saúde suplementar alguma coisa já ocorre, porque são entidades que têm os seus interesses privados e tomam conta melhor deles, mas não têm, absolutamente, condição de fazer um controle total. Nós sabemos disso.

Eu quero, para que não haja nenhuma confusão nesse processo, fazer uma colocação, sobre a qual precisamos refletir. Antes de pensar e de dizer que alguém está fazendo alguma coisa de maneira equivocada, quero dizer que a questão hospitalar, no caso, que foi citada, tanto dos hospitais privados quanto dos hospitais públicos — e aí falo com conhecimento de causa, porque eu sou envolvido diretamente no negócio, eu sou dono de hospital, quero que fique bem claro isso —, a questão é a seguinte: se você recebe um material para implantar num doente,





recebe e paga em cima de uma nota fiscal, que você lança na sua contabilidade e emite uma nota fiscal para lá. O custo de uma nota fiscal é na faixa de 17,5%. Então, quando a pessoa diz que não vai atender e não vai implantar material se não tiver pelo menos uns 20% de impostos, isso é a verdade absoluta, porque ocorre aí uma bitributação.

Precisamos tomar muito cuidado para não criminalizar defesas do ponto de vista econômico e ético no comércio. Isso tem que ficar muito claro. Estou dizendo isso, com muita tranquilidade, porque é o que vemos no dia a dia. É como você ter um restaurante —hoje isso virou uma doideira— e um sujeito levar a garrafa de vinho para tomar vinho no seu restaurante. No comércio, todo mundo diz assim: “*Vai pagar a rolha*”. A rolha essa pessoa tem que pagar. Esta CPI, de maneira econômica e clara, atende a quem paga a prótese. E, de maneira também muito clara, atende também o usuário que é prejudicado por esse sobrepreço, porque são verdadeiras roubalheiras.

Eu aqui, na reunião passada, disse que os culpados têm que ser apontados, sim. Nós não temos que apontar só a solução, não, temos que apontar os culpados, sim, para darmos o exemplo à sociedade. Mas, com certeza, precisamos tomar um pouco de cuidado com esse tipo de postura, para não generalizar. Quem vai ganhar nessas duas pontas desta CPI é o usuário. É isso que nós estamos fazendo aqui. E quem vai ganhar é quem paga a prótese. Quando aumenta o preço da mensalidade do plano de saúde, por exemplo, o usuário vai ganhar na hora que reduzir, porque o preço da sua mensalidade vai cair.

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Claro! Claro!

O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER - Então, só para deixar isso registrado e agradecer a você. Eu estive e estou a sua disposição nesse tipo de trabalho. Conte com o nosso apoio.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Deputado André Fufuca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado, Deputado Mário Heringer.

Vou passar a palavra ao nosso convidado para que ele possa responder não só ao nosso Relator, Deputado André Fufuca, mas ao Deputado Mário Heringer. Em seguida, vamos seguir a ordem de inscrição.





O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Eu acho que algumas das perguntas já foram respondidas, mas, rapidamente, a ideia da reportagem já existe há muito tempo. Como eu disse no começo da minha fala, na década de 1990 a gente já fez uma reportagem sobre uma investigação que o Ministério Público do Rio Grande do Sul realizou envolvendo uma máfia menor, mas semelhante a essa. E essa atual reportagem, essa série de reportagens, na verdade, surgiu a partir dos contatos feitos por pessoas diferentes, que em algum momento atuaram nesse meio, seja de um ou de outro lado do balcão, seja trabalhando do lado dos médicos, seja trabalhando em empresas que distribuem próteses.

Ela existe pelo menos desde 1992, período em que se descobriu essa máfia no Grupo Hospitalar Conceição, um grupo federal, em cima do qual o Ministério Público fez essa investigação. E a própria Justiça, no ano passado — nós divulgamos amplamente —, condenou os ex-gestores do hospital por envolvimento nessa máfia.

Em relação aos editais envolvendo compra de próteses, o que nós recolhemos nessa série de reportagens envolve a Empresa Brumed. Ela disse que tinha, inclusive, empresas de fachada que podiam ser usadas em orçamentos e que era possível direcionar um edital de modo que ela vencesse uma licitação, citando que ela, hipoteticamente, teria vencido uma licitação dessa maneira no Exército. Nós não conseguimos confirmar isso. E também há outra empresa que apareceu no Congresso Internacional de Ortopedia, do Rio de Janeiro — eu não estou lembrado agora exatamente do nome da empresa —, mas é a empresa que aparece na primeira reportagem da série, dizendo que consegue direcionar um edital de modo a vencer a licitação. É uma empresa de São Paulo, apareceu o nome ali claramente na reportagem. É só vocês recuperarem depois no...

A quinta pergunta eu não anotei direito aqui, eu acho.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Quanto à indicação desnecessária de cirurgia.

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Ah, sim! Aqui há uma informação importante e nova no âmbito nacional, que é a seguinte: além do Hospital Mãe de Deus, cujo ex-diretor aparece na reportagem dizendo que havia no hospital um grupo de trabalho que fazia um segundo diagnóstico e que descartava pelo menos 35% das cirurgias,





também do Hospital Albert Einstein, nós descobrimos, num trabalho de auditoria que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre faz quando recebe as faturas das cirurgias, casos em que a Prefeitura, a Secretaria Municipal da Saúde, gestora do SUS no Município de Porto Alegre, recusou o pagamento de cirurgias em função do reuso de material. Esse reuso é legal, mas não do ponto de vista do SUS. E também em função de que em algumas dessas cirurgias havia um exame de imagem dizendo que não havia nada de errado com aquela pessoa e mesmo assim ela foi operada.

Desse ponto de vista, existe uma pessoa no Município de Osório — o nome dela é Rosângela. No exame de ressonância não aparecia nada de errado na coluna dela. Mesmo assim ela foi operada e hoje está praticamente inválida. Não sei nem se conseguiria se deslocar até Brasília. Mas o fato é que, em função dessa auditoria da Prefeitura de Porto Alegre, foi recusado o pagamento de centenas e centenas de cirurgias em função de problemas como esse, inclusive de hospitais que compravam próteses sem nota fiscal, o que dificultaria ainda mais o rastreamento em caso de haver algum tipo de problema. Então, a Secretaria Municipal da Saúde tem esse material. O ex-Secretário, que na época nos deu entrevista, era o Secretário Carlos Casartelli...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - De Porto Alegre?

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - De Porto Alegre. Eu tenho o contato dessa pessoa. O hospital é o Hospital Parque Belém, um hospital conhecido de Porto Alegre. A questão da reutilização do material é na Santa Casa de Porto Alegre. A Santa Casa teve uma situação também de dupla cobrança, que não envolve o tema aqui da CPI.

E havia aqui uma pergunta sobre novas denúncias...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Não, é o seguinte: quando foi feita a matéria, ela ficou restrita a alguns Estados, principalmente do Sul e Sudeste.

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Ah, sim!

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Eu pergunto se após a matéria apareceram novas denúncias, não apenas referentes aos Estados, mas ao Norte, Nordeste, Centro-Oeste, como o senhor anotou na matéria.

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Vocês não fazem ideia da quantidade de denúncias que a gente recebeu por telefone — até por carta chegou denúncia —,





pelo Facebook, principalmente, de todo o País, envolvendo situações semelhantes a essas que foram mostradas na série de reportagens. Chegou ao ponto de a gente ter que decidir: ou dava continuidade à cobertura daquilo que estava acontecendo ou parava tudo para investigar essas novas denúncias. Mas aí ficaria praticamente impossível, porque — V.Exa. sabe melhor do que ninguém —, depois de o mercado todo ter sido alertado, digamos assim, de que a imprensa estava exibindo essa série de reportagens ia ficar muito difícil a gente conseguir algum flagrante, alguma comprovação de situações que não haviam sido investigadas antes da exibição da primeira reportagem. Então, foi praticamente impossível correr atrás e tentar comprovar se essas denúncias eram verdadeiras ou não.

Um exemplo para vocês: na semana passada eu recebi um telefonema de uma pessoa conhecida no meio, uma especialista nesse tema, dizendo que em Bauru, no interior de São Paulo, e em outras cidades do interior de São Paulo, havia uma empresa — depois, reservadamente, eu posso passar para vocês o nome da empresa — que estava vendendo material para realizar um tipo de cirurgia chamada de artroplastia por 160 mil reais, sendo que o custo desse material é de 20 mil reais. Aí ela me passou uma foto, que está em meu poder, de um grupo de dirigentes de um plano de saúde — o mesmo plano, dirigentes de várias cidades do interior de São Paulo — com o dono dessa empresa num passeio na Sibéria. Quem bancou essa viagem: os próprios dirigentes do plano de saúde, a empresa? Essa pessoa fez uma relação de causa e efeito. É preciso que se investigue para saber se isso é verdade ou não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Giovani, completando esse raciocínio, quando o Ministro veio aqui — eu não recorro se ele ou algum Deputado — denunciou que houve uma cirurgia feita em razão de um pedido de liminar e o dinheiro foi pago diretamente a uma empresa. Essa empresa é um hospital em Miami. Uma cirurgia de 1 milhão e 200 mil reais. O senhor tem conhecimento desse caso?

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Não, não tenho.

E sobre essa questão de nacionalizar, obviamente, o *modus operandi* é o mesmo em todo o País. Nós chegamos a iniciar uma apuração envolvendo a situação de um médico cujo registro havia sido cassado pelo Conselho Regional de





Medicina, mas que retomou às atividades em Maceió, que causou sequelas graves em pacientes no Nordeste brasileiro, que não apareceu na reportagem. O esquema era o mesmo. E havia a agravante, nesse caso — assim como surgiu essa denúncia também em São Paulo, a gente, num primeiro momento, não usou essa informação —, de que médicos também são donos de empresas distribuidoras de próteses, o que também é vedado pelo Conselho de Medicina.

Nesse contexto de plano de saúde, havia a denúncia — a ex-vendedora da empresa que distribui implantes cardíacos no Rio de Janeiro nos relatou, mas não conseguimos comprovar — de que havia, sim, casos em que alguns planos de saúde, por meio de alguns dirigentes, pessoas que mais especificamente aprovam a compra de determinada marca — para uma determinada empresa de prótese fornecer para um plano de saúde, ela tem que ser cadastrada —, muitas vezes, pagavam propina para esse dirigente do plano de saúde aceitar a prótese da marca dela. Isso corrobora essa informação, que nos foi passada no interior de São Paulo, — enfim, isso ocorre em todo o Brasil —, de que isso está acontecendo.

Onde localizar as vítimas de sequelas? A gente tem todos os contatos. Há pessoas, sim, que tiveram sequelas. Há pessoas que, depois do procedimento cirúrgico, ficaram piores do que antes. E, no contexto das cirurgias desnecessárias, nós revelamos, no mês seguinte ao da reportagem, um levantamento da ABRAMGE que indicava que no período de 30 dias subsequente ao da veiculação da primeira reportagem, comparado com o mesmo período de 2014, houve uma redução de 35% no número de cirurgias com próteses, o que pode ter ocorrido em função de uma maior cautela dos médicos; de, de repente, o paciente, apesar de o médico insistir na cirurgia, esperar e tentar buscar uma segunda opinião; ou realmente de o médico estar mal-intencionado e, em função da denúncia, não correr o risco e não indicar a cirurgia que, ele sabe, seria desnecessária.

Nesse caso específico, nós entrevistamos um paciente da cidade de Guaíba para essa reportagem do levantamento da ABRAMGE, e esse paciente relatou — vejam que é um indício de que muitas dessas cirurgias, do levantamento de 35%, realmente eram desnecessárias — que havia marcado para a semana seguinte à da primeira reportagem, dentro da primeira quinzena de janeiro, a quarta cirurgia na coluna dele feita pelo mesmo médico. Na segunda-feira, depois que nós exibimos a





matéria no *Fantástico*, ele recebeu um telefonema do médico cancelando a cirurgia. Vejam que coincidência. E ele está pior. A cada cirurgia ele fica pior. E ele seria submetido à quarta, talvez fosse ficar ainda pior. E, em função da reportagem, o médico cancelou a cirurgia. Então, essa é uma pessoa sequelada. A Rosângela, lá de Osório, é outra pessoa que ficou com sequelas. Acredito que devam existir várias outras pessoas que ficaram até piores depois da cirurgia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Você fez uma reportagem com um colega médico que fez cirurgia de coluna, lombar, e ficou com incontinência fecal, incontinência urinária, que usa fraldão desde então, um médico com apenas 50 anos de idade?

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Sim, um médico do Rio de Janeiro. Quem gravou com esse médico foi uma produtora do *Fantástico*, porque o depoimento dele foi exibido na... Esse é o caso mais chocante de toda a série.

Inclusive, o colega é amigo do doutor, o Deputado Mário. Ele é médico e foi convencido por um colega médico a fazer uma cirurgia que outros médicos disseram que ele não deveria fazer, uma cirurgia desnecessária. Depois dessa cirurgia, hoje, para vocês terem uma ideia, ele tem que receber estímulos no reto para fazer as necessidades, em função dessa cirurgia.

E o que mais dói, de certa forma, é não podermos ter mostrado isso na televisão, porque como vamos explicar ao público que uma pessoa não está podendo fazer as necessidades básicas, está tendo de receber estímulos elétricos no ânus para poder fazer isso? É muito chocante mesmo.

E o Conselho de Medicina não havia tomado nenhuma providência. Depois da exibição desse caso no *Fantástico*, que entrou só como uma cirurgia desnecessária, não entrou nesse detalhe, digamos, sórdido, o Conselho reabriu o caso. E hoje esse médico está sendo investigado.

Sobre as estatísticas de cirurgias desnecessárias, do Albert Einsten, do Mãe de Deus, e agora esse levantamento que a própria ABRAMGE fez.

Sobre a questão dos médicos que danificam intencionalmente uma prótese para colocar outra, esse foi um depoimento dado na reportagem de um dos donos da Empresa Strehl, de Balneario Camboriú, em Santa Catarina. Ele disse que era





uma prática comum no Nordeste, inclusive, danificar uma prótese recém-colocada no paciente para poder retirá-la, o médico colocar outra e cobrar, então, duplamente.

Acho que foi um depoimento dos mais chocantes de toda a série, porque ele, inclusive, sugeriu a cobrança, pelo médico, ao plano de saúde, por material não usado nas cirurgias; além da questão envolvendo as cirurgias desnecessárias, cobrar por um material que não é usado nas cirurgias.

E, sob esse ponto de vista, houve um depoimento que, para mim, também foi muito impactante na reportagem, de um médico auditor de plano de saúde, um fiscal de cirurgia. Imaginem um fiscal de obra. Pois a situação chegou a tal ponto que é preciso haver fiscal de cirurgia, que o plano de saúde coloca lá dentro do bloco cirúrgico para ver se o médico está utilizando todo aquele material que ele alega que utilizou. Quer dizer, essa é a falência, eu acho, do sistema de controle, de fiscalização, de tudo. E esse médico está aí, deu depoimento para nós, não quis aparecer, mas ele é um médico contratado pelo plano de saúde exclusivamente para fazer esse trabalho, o que é um absurdo.

Sobre a ligação que as empresas têm entre si, parece-me que não se trata de um cartel. Existe ajuda mútua na questão de fornecer os orçamentos. Mas que um mesmo dono possa ter mais de uma empresa, nós não detectamos isso, pelo menos num primeiro momento.

Sobre a questão dos três profissionais que deram orçamentos para o Dr. Fernando Sanches. Eu tenho os contatos, sim. Um deles é o Dr. Henrique Cruz. O Dr. Henrique, inclusive, registrou ocorrência policial contra o Dr. Fernando Sanches, porque ele me disse, depois de receber uma cópia daquela que seria a assinatura dele, que não era a assinatura dele. E ele trabalhava com o Dr. Fernando Sanches, mas alega que foi enganado por ele.

Porém, existe outra pessoa, irmão do Dr. Fernando Sanches, que também aparece nos orçamentos. E aí não sei como ficaria a situação, se seria um irmão enganando o outro ou se os dois irmãos estariam coniventes. Realmente eu não sei.

O fato é que, depois da exibição da reportagem, a Polícia Civil cumpriu o mandado de busca no apartamento do médico e na casa de praia dele. Raras vezes se viu tanto luxo. A polícia, inclusive, entrou no apartamento dele e ele estava com as malas prontas para viajar, porque ele tem residência em Miami. E aí recolheram o





passaporte dele. Este era o principal objetivo, inclusive, da operação: que ele não fugisse do País.

E outro fato que realmente chocou muito, principalmente a polícia, é que a Justiça negou a prisão preventiva dele. Vejam bem: um médico que enganou a própria Justiça, falsificando documentos, induzindo um desembargador, um juiz a erro, não pôde ser preso, apenas teve o passaporte apreendido.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - No Rio Grande do Sul?

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Exatamente, no Rio Grande do Sul. Então, o Dr. Henrique Cruz eu tenho o contato dele, é uma pessoa que possivelmente pode colaborar com a CPI também. E ele se diz vítima, está na condição de investigado, mas se diz vítima do esquema.

O senhor também me questiona sobre advogados. Eu já me referi a isso no início do depoimento. São aqueles advogados que recebiam os pacientes encaminhados pelo Dr. Fernando Sanches, que montavam o pedido de liminar para induzir a Justiça a autorizar uma cirurgia superfaturada. Também a Polícia pediu um mandado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Nesse caso também, logicamente, a ação cai no Tribunal de Justiça ou cai com algum juiz. Há alguma ligação com algum desembargador, com algum juiz no Rio Grande do Sul?

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Não. Em São Paulo surgiu uma informação, mas, os senhores devem entender, nós não conseguimos comprovar tudo o que nos passam. Haveria uma indústria de liminares em São Paulo, com coisas estranhas acontecendo.

Mas no Rio Grande do Sul, na verdade, o que aconteceu foi o oposto. Toda essa parte da indústria de liminares, da fraude do Dr. Sanchis, da falsificação de assinaturas, surgiu a partir de uma conversa que eu tive com um desembargador, chamado João Barcelos, que se referiu a que, na Procuradoria-Geral do Estado, havia casos bastante suspeitos, em que ele, inclusive, havia atuado, e que ele havia se dado conta de que existia má-fé por parte do médico e dos advogados e não deferiu a liminar. Foi aí que comecei a entrar nessa parte de indústria de liminares, a partir da informação que ele deu. E ele é uma pessoa que também tem muitos dados, trabalhou em muito processo envolvendo essa indústria de liminares.





E, um detalhe: depois que entrou a primeira reportagem, não houve mais pedidos de liminares para cirurgia de prótese no Rio Grande do Sul.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - O desembargador João Barcelos, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

Aqui tem uma pergunta referente à Receita Federal?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Sim.

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - O senhor pode me recordar qual é?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Da reportagem...

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Ah, lembrei! Esse é o vendedor da empresa... Estou tentando lembrar o nome da empresa. É o rapaz que saiu correndo no final da reportagem.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Foi.

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Ele mencionou que estava circulando no mercado uma informação de que a Receita Federal estaria preparando uma operação. Mas eu não sei de onde ele tirou isso. O fato é que ele sabia que o *Fantástico* estava preparando uma reportagem e, obviamente, ele nem desconfiava que o repórter era eu. Talvez por isso ele tenha tido aquela reação de sair correndo no momento em que eu me apresentei, porque ele ia dizer o que na frente da câmera? Segundos atrás ele confessou uma fraude e logo depois iria negar? Ele optou por sair correndo.

E nós tivemos até um problema, porque não se gravou parte da reação dele lá. Então, realmente, eu não sei.

O maior foco desse problema, na verdade, o senhor pergunta em relação a... O que as empresas dizem? Eu recebi um telefonema muito impactante de um... E ele até me mandou uma mensagem hoje. O dono de uma das empresas denunciadas está querendo virar colaborador. Ele disse que saiu da sociedade. É uma empresa de São Paulo da qual, em seguida, posso recordar o nome. Ele está dizendo que as empresas — isso ele está dizendo — são reféns dos médicos: se você não paga, você não faz cirurgia. E que essa seria uma prática generalizada.

Mas eu acredito que é uma via de duas mãos: há o corruptor e o corrupto. Eu não diria que o problema maior está na empresa ou que o problema maior está no





médico. Eu acho que o problema está na falta de fiscalização, o problema está na empresa que paga, o problema está no médico que recebe, é um conjunto; e nas autoridades, que não fiscalizam. Acho que não existe um protagonista dessa fraude.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Seria importante termos o nome desse ex-sócio, até para podermos convocá-lo para vir à CPI.

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Ele disse que foi convocado ou que estaria em vias de ser convocado. Alexandre. Ele é diretor de uma das empresas, mas disse que saiu da sociedade.

Há um detalhe interessante.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Depois da convocação?

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Preste atenção nisto agora. Estou tentando lembrar o nome, mas essa empresa cujo gerente saiu correndo no final da reportagem chegou a nos procurar, antes de a reportagem ir ao ar, para propor aquilo que na Justiça se chama de delação premiada. Ele queria contar tudo o que sabia, entregar um vasto material para a gente em troca de a empresa não aparecer na reportagem. Aí eu disse para ele: *“Olha, eu não tenho como fazer isso, não cabe a mim fazer esse tipo de negociação. Você pode ter uma informação para derrubar a mais alta autoridade da República, mas a reportagem vai sair, o nome da empresa vai sair, a corrida do gerente vai sair.”*

Mas eles tinham esse dado também. Eles têm gravações telefônicas de médicos cobrando as comissões e usando, inclusive, palavras de baixo calão, segundo eles, e trocas de e-mails também. Então, eles queriam mostrar esse material, mas, como a gente declinou da proposta de excluir a empresa da reportagem, eles acabaram não... Então, é voz corrente, nas empresas, que elas se julgam reféns desse mecanismo.

O senhor pergunta também sobre o envolvimento de hospitais privados. Bom, o próprio Mãe de Deus é um hospital privado. Mas no Mãe de Deus, pelo relato do ex-diretor, eles evitavam as cirurgias, não chegavam a realizar as cirurgias propriamente ditas. Então, eu não tenho informação mais precisa envolvendo hospitais privados.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Giovani, a empresa não era...





O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Dr. João, por favor, nós não vamos abrir exceção.

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Aqui está terminando, já.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Depois o senhor...

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Das empresas ligadas entre si, o que existe é essa ajuda comum em fraudes a licitações, porque uma empresta orçamento para a outra. Isso foi detectado.

E sobre a quimioterapia não foi exibido nada na reportagem. Eu lembrei que foi apenas uma fraude que existia, mas que a gente não conseguiu investigar. Então, não tenho nenhuma informação.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Giovani, mais uma vez as suas respostas foram esclarecedoras e nos abriram novos horizontes. Só para encerrar, após essa denúncia feita na mídia ocorreu alguma denúncia dos hospitais privados do Rio, de São Paulo, de Minas que estão participando disso aí ou não?

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Não. Não que eu lembre.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Está bom. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Vamos seguir a ordem de inscrições. O Deputado Odorico Monteiro pediu para ser colocado no final.

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Solla. (*Pausa.*) Está ausente neste momento.

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Mitidieri, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Sr. Presidente, na verdade, eu acho que a maior parte dos questionamentos já foi escancarada aqui pelo depoimento do Giovani em resposta às perguntas dos que nos antecederam. Na verdade, o que nos choca é que nada disso nos choca. Não sei se dá para entender. O nosso colega disse que é proprietário de hospital. Eu sou proprietário de plano de saúde e eu sofro isso todo santo dia.

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - É. O senhor conhece.

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Essa situação também tem investigação nos Ministérios Públicos. Você tem conhecimento de que nos Ministérios Públicos Estaduais está havendo esse tipo de investigação também? No Estado de Sergipe — eu sou do Estado de Sergipe —, o Ministério Público de





Sergipe vem fazendo uma investigação em parceria com a Polícia Federal há alguns anos e todo dia se especula que vai haver médico saindo algemado e nunca teve isso, nunca vimos isso.

O que a gente vê é uma proliferação da indústria das liminares. Uma situação hoje cada vez mais complexa e que, se você acha... E aqui uma sugestão até de um requerimento para que a gente possa solicitar das empresas ou, no caso, dessas empresas, as notas fiscais de importação e as notas fiscais de venda, porque com isso aí você casa e você vai descobrir, porque nós estamos falando de comissão de 1.000% sobre o valor de venda. A comissão do vendedor é de 25%, mas há um superfaturamento de 1.000% e, em alguns casos, até mais do que isso.

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Eu me esqueci de me referir a vocês — e talvez vocês possam obter esses dados com as autoridades americanas —, que a Intelimed, distribuidora de uma marca específica no Rio Grande do Sul, distribui uma marca que está sob investigação nos Estados Unidos por pagar propina a médicos do SUS no Brasil. E foi o exemplo dela que a gente usou para estabelecer aquele sobrepreço de 2.000%, com base nas informações que o Procurador de Minas Gerais está obtendo. Só que o Procurador de lá está se atendo ao mercado de Minas Gerais. Obviamente, se for fiscalizar isso e requisitar essas notas, esse lucro absurdo deve se repetir em todo o Brasil.

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Então, é basicamente isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Concedo a palavra ao Deputado Dr. João.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Boa tarde, Presidente. Boa tarde, Giovani. Quero parabenizar a Mesa, parabenizar você, Giovani, pela sua coragem, pela sua desenvoltura, pela competência do teu trabalho, porque há duas histórias: uma antes de você e outra depois de você. E depois de você é que surgiu esta CPI e todo esse processo de investigação.

Eu sou do Rio de Janeiro. Uma das reportagens mostra o Hospital de Bonsucesso, em que um grupo, uma máfia ou uma quadrilha tirava do arquivo de pacientes operados há 5, 6 anos aquele prontuário e fazia não cirurgia desnecessária, mas cirurgia fantasma.





O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Sim.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Cirurgia fantasma. Você teve conhecimento, você foi a fundo nesse processo ou só ficou naquela reportagem? Essa é a minha primeira pergunta.

Outros hospitais grandes, de referência no Rio de Janeiro, como o Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia — INTO. Em alguns levantamentos que eu fiz a respeito do INTO, há quase que exclusividade a uma única empresa para vender todas as próteses ao hospital do INTO. Você tem conhecimento, você foi a fundo também no hospital do INTO?

Esse colega, esse médico que foi operado, que está com sequela — eu estou com o nome dele aqui, fiz inclusive um requerimento convidando-o a vir aqui —, você o conhece pessoalmente? Ele teria condições de vir prestar esclarecimentos aqui em Brasília, pelo estado de saúde em que ele se encontra? Eu fiz um requerimento, dei entrada ontem, solicitando que ele seja convidado para prestar depoimento na nossa CPI.

Entre os sequelados — é uma pergunta que eu ia fazer, mas o nosso nobre Relator já a fez — você tem conhecimento de algum óbito? Sequelas já está definido que houve. Há algum paciente que veio a óbito durante a cirurgia ou imediatamente após a cirurgia desnecessária, em razão dela?

Dentro de todo esse contexto examinado você observou, ou desconfiou, ou tem certeza do envolvimento de autoridades como juiz, advogado, gente do Ministério da Saúde que fizessem vista grossa ou que participaram desse esquema corruptivo?

São as minhas colocações e perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Nós vamos dar a oportunidade aos Deputados de fazerem em bloco suas perguntas e o Giovani responderá em bloco depois.

Com a palavra o Deputado Lelo Coimbra. *(Pausa.)* O Deputado abdica da sua fala.

Com a palavra o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Quero, inicialmente, saudar o Giovani Grizotti por este depoimento tão significativo, que contém uma





série de evidências importantes. A reportagem em si teve um efeito extremamente significativo, redundando, se não na eliminação, na redução das práticas até então ocorrentes e ocorridas.

Eu participei de uma CPI sobre falsificação de medicamentos, já no final dos anos 1990, e lembro que nós tivemos naquele tempo várias denúncias de falsificação de medicamentos, de anticoncepcionais, por exemplo, quando houve os chamados filhos da farinha. Depois nós identificamos medicamentos para o tratamento de câncer sem o princípio ativo. Essa questão é velha e generalizada.

Existem ações extremamente efetivas que impactam isso. Uma delas é a transparência, uma das formas mais efetivas. E o que você traz de relevante aqui é que a questão não está circunscrita ao objeto desta CPI, que é a investigação de irregularidades, fraudes na utilização de órteses e próteses. Há também a questão dos medicamentos de modo geral, dos quimioterápicos, das práticas de comercialização, a questão das liminares, da judicialização da saúde. Tudo isso nos coloca diante do enorme desafio, extremamente positivo, de construir uma estrutura não só do ponto de vista do arcabouço legal, que nos permita e que permita ao Estado e aos sujeitos desta história, das boas práticas do compromisso com a sociedade, atuarem com mais agilidade, com maior eficácia. Mas seria fazer com que esses negócios — e na saúde há um grande negócio — possam ocorrer à luz do dia. É a transparência o instrumento mais efetivo de combate à corrupção.

Se nós aplicarmos, como aplicamos no passado, penalidades, se cassarmos diplomas e autorização de exercício de profissão, mas não tomarmos medidas de uma prática efetiva de transparência, essas coisas continuarão ocorrendo. E isso é generalizado: vai da PETROBRAS à parte da saúde, em todos os setores. Então, eu vejo este momento aqui extremamente importante.

Mas eu queria fazer uma pergunta que você não respondeu. Embora eu tenha noção sobre o caso, queria que você discorresse com mais detalhe sobre ele. Você cita que, quando você anunciou e fez a reportagem e alguém tomou conhecimento dela, veio a proposta de uma confissão premiada, aconteceu de alguém dizer *“Olha, você não me coloca na lista e eu vou te dar outras mais informações”*.

A pergunta do Deputado André Fufuca é se você tinha sofrido alguma violência. O meu questionamento é um pouquinho mais abrangente: eu quero saber





se você sofreu assédio, que é uma forma de violência. São diversas as formas de violência, e uma delas o próprio Demônio já fez em relação a Cristo, quando ofereceu tudo o que tinha como se fosse dele. Isso está lá no *O Operário em Construção*.

Então, você, como um operário em construção, como se colocou nesse contexto de eventual assédio, de pressão, de ameaça, de ofertas para poder se safar ou não cumprir com esse papel tão significativo que hoje você expressa aqui neste encontro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Tem a palavra o Deputado Mandetta.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Sr. Presidente, caro jornalista Giovani, quando nós nos deparamos com uma matéria investigativa que traz uma carga de denúncia muito grande, a primeira sensação que fica é a de que todos, de A a Z, fazem parte dessa máfia. Ou seja, eu levo para a população a denúncia de que existe uma máfia na Ortopedia, na Cardiologia, em todas as cirurgias que envolvam o consumo de algum tipo de material, e que tem que ser tomada uma providência por esta Casa, pela polícia, pelos Ministérios Públicos.

Vocês do jornalismo, quando fazem uma matéria, sabem a repercussão que ela terá principalmente num veículo de massa. Quando há, por exemplo, um caso de suicídio como o daquele piloto alemão, que teve que ser noticiado, já chegou ao meu gabinete o dado de que houve um aumento do número dos casos de suicídio, porque, quando você divulga um suicídio, você propicia isso. Há um cuidado normalmente.

E no decurso dessa investigação, você em algum momento se deparou com alguma experiência bem-sucedida?

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Sim.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - E essa experiência bem-sucedida foi também colocada? Pergunto isso porque esta CPI tem dois caminhos. Um caminho é o caminho policial e investigativo: os bandidos, o cara que faz uma cirurgia que não precisa ser feita e tem que ser denunciado. Para isso existe polícia, existe conselho, existem as coisas.





O mais difícil é o que envolve uma situação complexa, porque me parece que, pelo que o Ministro colocou, são mais de 80 mil itens que compõem o denominado Órteses, Próteses e Materiais Especiais, o OPME — ele está usando até outro nome, que eu me esqueci. Eles não têm nenhum tipo de regulamentação, não têm nenhum tipo de marco regulatório, não têm nenhum controle.

As próteses de mama, por conta daquele episódio das próteses que se romperam, aquela história que aconteceu mundialmente, o Brasil testa todas no INMETRO, sendo que 100% delas são numeradas. Outro dia até acharam o cadáver de uma pessoa que foi identificada por causa do número da prótese de mama. A empresa produtora identificou quem foi que colocou e onde foi colocada. Quer dizer, no caso da prótese de mama, pelo menos esse caso ilustrou que há regulamentação.

Então, se você achou uma experiência bem-sucedida, qual é o diferencial desse local da experiência bem-sucedida em relação aos outros? É simplesmente uma questão de caráter ou é uma questão de processos de trabalho, que envolvem outros profissionais, outras pessoas? Isso, em algum momento, chegou a ser colocado?

Eu sou médico, sou ortopedista pediátrico. Na pediatria, não existe o uso de órteses e próteses, nós só fazemos cirurgias de partes moles. Eu confesso a você que já tive casos em que operei esperando um resultado e me arrependi de ter operado. Faz parte da minha profissão. Eu operei uma criança que tinha uma flexão de joelho muito grande. Eu achei que dava para estender e estendi. Mas o ciático dela queixou e ela, que tinha uma flexão de joelho e não andava, continuou tendo uma flexão de joelho, mas agora com dor. Então, agora ela tem dor e flexão. Depois, com o tempo, você olha e fala assim: *“Eu não vou mais operar esse tipo de caso. É muito risco”*. Mas faz parte da minha história e de quem está lá com o bisturi na mão.

Então, esses casos de maus resultados têm que ser vistos com muita parcimônia, porque nisso daí há uma ciência que diz que dois mais dois, infelizmente, não são quatro, eles se esforçam para dar quatro.

Mas, se existem bons exemplos, o que podemos pegar neles para começar a raciocinar alguma coisa e esta CPI sair com um marco regulatório? Acho que, para





mim, o grande prazer legislativo seria conseguir colaborar na construção de um marco regulatório.

Quanto aos casos, lógico, de denúncia, roubo e corrupção, são para a polícia. Para isso nós já temos leis suficientes. Se eles foram identificados, quero saber quais são e onde estão.

Também quero saber se houve o mesmo cuidado jornalístico, para que se pudesse dizer: *“Olha, nem todo mundo está nessa vala”*. Eu, graças a Deus, dos que conheço no meu círculo de profissionais, eu tenho muita tranquilidade para dizer que grande maioria é de bons profissionais. Mas que passa uma sensação de absoluta... O mundo acabou, não é? Todos os médicos viraram bandidos, estão associados com empresas bandidas, com juízes bandidos, com advogados bandidos, com indústria bandida. E nós estamos todos aqui e vamos todos ser vítimas dessa megafraude.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Eu acho que é neste sentido: se poderíamos escutar se há alguma experiência bem-sucedida para o marco regulatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Com a palavra o Deputado Antônio Jácome.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO JÁCOME - Sr. Presidente, Sr. Relator, jornalista Giovani, eu incorporo integralmente a fala do colega Mandetta e passo direto a algumas perguntas.

Penso e entendo perfeitamente o que o colega acaba de falar. Pelo menos lá no meu Estado, o Rio Grande do Norte — não quero aqui fazer a defesa dos colegas lá —, se porventura a CPI ou qualquer órgão investigador descobrir fraude com os colegas lá, vai ser uma surpresa e um choque muito grande para mim, porque a maioria dos colegas, no meu entender, comporta-se eticamente.

Giovani, eu perguntaria se você acha que essa prática é generalizada. Você falou muito do Rio Grande do Sul. Mas com relação a quantos e quais Estados chegaram a você denúncias de que poderia estar ocorrendo esse tipo de prática?





Gostaria de saber também se você tem como avaliar a reação do mercado depois da veiculação da matéria. O mercado se retraiu? Qual foi a reação das partes, vamos dizer assim, envolvidas?

Os planos de saúde ou o próprio SUS adotaram restrições ou mudanças na autorização desses procedimentos, após a denúncia ou a veiculação da matéria?

Você falou muito na ortopedia. As denúncias que você tem estão restritas à ortopedia? Como próteses e órteses não são só itens de ortopedia, pergunto se outras especialidades também estariam atingidas.

Eram essas as perguntas que gostaria de fazer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Vou passar a palavra ao nosso convidado, para que ele possa responder a esse rol de questionamentos feitos pelos Deputados que antecederam o Deputado Antônio Jácome.

Logo depois estão inscritos os Deputados Nelson Marchezan Junior e Pompeo de Mattos, bem como os Deputados Odorico Monteiro e Jorge Solla, que ficaram de retornar.

Sr. Giovani Grizotti, o senhor tem o tempo que achar necessário para responder a todos esses questionamentos.

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Sobre as perguntas que o Dr. João fez em relação ao descontrole no almoxarifado do hospital lá do Rio, não fui eu que fiz a reportagem, foi um colega, o Paulo Renato Soares, que fez. A denúncia surgiu em função da série de reportagens envolvendo as próteses. Essa reportagem entrou no final do mês de janeiro. E eu acompanhei a veiculação, mas não a preparação.

Há mais hospitais envolvidos no Rio de Janeiro? Há sim. Nós exibimos inclusive — talvez vocês tenham acompanhado — o depoimento de um delator sobre a fraude do plano de saúde dos Correios. Essa pessoa fazia a intermediação entre as empresas distribuidoras de próteses e os médicos dos hospitais que estavam envolvidos. Ela relatou o envolvimento de vários hospitais lá no Rio de Janeiro. Parece que está em andamento um inquérito da Polícia Federal tratando disso. Eu não me aprofundei na questão porque não tinha provas. E nós só levamos ao ar aquilo de que temos prova, não é?



O Dr. Marcelo, o médico do Rio de Janeiro, pode vir dar um depoimento? Eu realmente não sei. Quem fez a entrevista com ele foi uma produtora lá do *Fantástico*. Eu sei que ele está com a saúde bastante debilitada. Talvez o Dr. Heringer, que é amigo dele, tenha essa informação.

Alguém faleceu? Nós temos uma informação de que, lá no Nordeste, em Natal, houve um paciente que teria falecido. Eu não sei se, antes, falei equivocadamente que o médico envolvido era de Alagoas. Na verdade, ele é do Rio Grande do Norte, é de Natal. Eu não lembro o nome dele. É um médico que chegou a ter o registro cassado, voltou a atuar e é acusado de uma série de erros em cirurgias envolvendo próteses, em que uma das pessoas teria falecido. Mas nós não conseguimos avançar no sentido de comprovar isso, que acabou não entrando na reportagem.

Sobre o envolvimento de autoridades, embora eu não saiba se dá para considerar que sejam autoridades, existem os advogados lá do Rio Grande do Sul que são investigados pela Polícia Civil no esquema da indústria de liminares.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão referiu-se à questão da transparência da ANVISA, à questão dos stents. Deputado, eu não lembro se o senhor estava presente no início, mas quando nós recebemos a denúncia lá do Hospital Marieta, de Itajaí, num primeiro momento, o que fizemos? Foi consultar o *site* da ANVISA, porque a minha esperança era de que todos aqueles lotes de stents comercializados naquele período pudessem estar disponíveis *on-line*, para qualquer cidadão fiscalizar e verificar se o prazo de validade estava dentro do vencimento ou não, se aquela empresa tinha registro na ANVISA ou não. E o único dado que está disponível para quem quiser consultar é se aquela empresa fornecedora do stent, que é a (*ininteligível*), é registrada na ANVISA. E de fato o era.

Mas uma outra informação que seria de vital importância e fundamental não estava disponível *on-line* nem muito menos através dos insistentes pedidos de informação que encaminhamos para a ANVISA.

Então, eu achei uma falha brutal no mecanismo de controle, que tinha rastreamento zero. Não tem como você rastrear uma prótese de que você não sabe nem o prazo de validade.





O SR. DEPUTADO MANDETTA - No Brasil, só as próteses mamárias, por conta daquele vazamento, têm rastreamento e essas informações.

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Pois é.

Sobre violência e assédio, a única violência, digamos assim, foi a informação que nós recebemos de que havia um grupo de pessoas de São Paulo atrás de mim no Rio Grande do Sul, com algumas informações pessoais do meu dia a dia, o que fez com que a Globo me colocasse sob proteção.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Não. A minha característica de trabalho é nunca mostrar o rosto. Na televisão, as pessoas só ouvem a minha voz, por causa do tipo de trabalho que faço. Só sabem quem eu sou as pessoas com que convivo e que me enxergam em órgãos públicos, quando estou a trabalho e tal.

Com relação a assédio, não sei se dá para considerar que houve assédio, mas eu devo ter recebido mais de trinta telefonemas do representante dessa empresa que propôs o acordo. Não dá para chamar de assédio. Foram telefonemas respeitosos, e em nenhum momento houve qualquer tipo de ameaça. Mas ficou assim no limite. Eles realmente queriam me oferecer algo em troca do meu silêncio em relação a essa empresa. Mas eu acho que isso é do jogo, faz parte.

A delação premiada existe no âmbito legal. Quem sabe, em algum momento, ela também poderia existir jornalisticamente, desde que o interesse público e o benefício que aquela informação pudesse trazer para a sociedade fossem maiores do que a informação que se levaria a público, expondo a situação daquela empresa. Mas não era o caso e também não era nosso interesse agir daquela maneira.

O Deputado Mandetta perguntou sobre as experiências bem-sucedidas. A primeira dificuldade nossa, a primeira preocupação minha era não generalizar e era evitar o risco de que a população passasse a encarar a classe médica como uma categoria profissional mafiosa, o que é exatamente o oposto do que a grande maioria de nós tem hoje. A minha médica, Dra. Elisângela, da RBS, é um anjo protetor para mim: ela é uma conselheira, uma médica e praticamente uma amiga, como se fosse alguém da família. Então, obviamente, assim como qualquer um de vocês aqui, não seria do meu interesse manchar a classe dos médicos.





Para evitar isso, o que nós fizemos? Eu falei com o Conselho Federal de Medicina, com o assessor de imprensa do Conselho Federal de Medicina, e liguei para vários médicos que atuam nessa área para fazer a seguinte pergunta: *“Você conhece algum médico que recebeu uma proposta indecente de alguma empresa distribuidora de prótese e recusou?”* E disse: *“Se você conhecer e esse médico topar falar, eu faço questão de colocar no ar também um médico dizendo ‘Eu recusei, eu não aceito entrar para esse tipo de esquema, eu sou honesto’*”. Ninguém se dispôs a falar.

Localizamos apenas um médico em Manaus, que nos foi indicado por um plano de saúde. Mas a história dele aconteceu há mais de 20 anos e foi uma conversa muito superficial que ele teve com o representante de uma empresa de prótese. E nós avaliamos que era um caso antigo demais para retratar uma realidade do momento.

Então, eu não tive sucesso ao tentar localizar algum médico que pudesse chegar diante da câmera e dizer: *“Olha, eu nunca recebi nenhum tipo de proposta”*.

Eu acho que a honestidade é obrigação de todo mundo. Colocar um médico para dizer, de cara limpa, *“Eu não aceito”*, sem nunca ter sido tentado a receber esse tipo de oferta, seria o mesmo que eu ir à frente da televisão e dizer: *“Olha, eu nunca recebi propina de ninguém para não colocar matéria no ar”*. Isso é obrigação minha.

Além disso, para citar um nome, eu ouvi um médico, que nem procuramos para dar entrevista porque, enfim, foi citado por algumas pessoas. Trata-se de um médico que tem a fama de ser um excelente profissional e foi o médico que socorreu algumas pacientes da UNIMED que foram operadas pelo Dr. Sanchis ou que estavam em via de serem operadas pelo Dr. Sanchis por meio do esquema das liminares. Como as liminares não deram certo, várias pessoas indicavam entre si esse médico chamado Schumacher, que é uma pessoa honesta, uma pessoa que opera e nunca teve problema, que apresenta orçamentos baixíssimos. Na matéria, se não me engano, apareceu o exemplo de um orçamento de 150 mil reais, sendo que o Dr. Schumacher indicou um material valendo 7 mil reais.

Então, é óbvio que existem bons exemplos. Eu até diria que a maioria é formada de bons exemplos.





O SR. DEPUTADO MANDETTA - A minha pergunta não era nem tanto sobre o exemplo de médicos. Queria que fosse falado em qual local as órteses e próteses eram tratadas...

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Está aqui, a reportagem mostrou.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - ...desta maneira: com percentual de transparência, com protocolo. Quero saber se você sabe de locais onde há governança — governança está um termo tão usado hoje; os caras estão usando também a *compliance* por causa da PETROBRAS. Quero saber se, dentro disso daqui, existem modelos. Por exemplo, você citou o Hospital Albert Einstein.

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Eu acho que a própria matéria mostrou dois exemplos: o Hospital Albert Einstein e o Hospital Mãe de Deus.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Eu, particularmente, não vi a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Mandetta, o Presidente do Hospital Albert Einstein foi convidado e virá mostrar um trabalho que fez em nome de um plano de saúde, o Bradesco Seguros, em que demonstrou que, de 100% de cirurgias solicitadas e realizadas, 70% delas poderiam ter sido evitadas, sendo que os pacientes poderiam ser tratados por outros processos, principalmente usando a fisioterapia.

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - E mais especificamente, a reportagem mostrou o caso de um grande hospital lá de Porto Alegre, chamado Hospital Mãe de Deus, em que havia um grupo de gestores, no qual o diretor estava incluído — e o próprio diretor deu um relato na reportagem —, que dava uma segunda opinião sobre os diagnósticos com cirurgias envolvendo próteses. E essa segunda opinião — honesta, correta — eliminava 40% das cirurgias. Então, foi um bom exemplo de gestão vindo inclusive de um hospital que é particular. Eram cirurgias pagas por convênios ou particulares.

O Deputado Antônio Jácome perguntou se a prática é generalizada. Ela acontece em todo País, embora eu não acredite que a maioria de médicos esteja envolvida nela.

Agora, existe uma classe que não foi abordada aqui, de pessoas envolvidas pelos relatos que nós ouvimos das empresas, que são os dentistas especializados em cirurgia de face. A cirurgia buco-maxilo-facial pode ser feita tanto por um dentista





especializado quanto por um médico. Inclusive, as pessoas, quando eu chegava aos congressos de Medicina, perguntavam sobre isso. O congresso de Campinas era de buco-maxilo, então, ele era frequentado por dentista e por médicos. Eles me perguntavam se eu era dentista ou era médico.

Os Estados envolvidos em situações que detectamos, embora nem todas conseguíssemos comprovar: Rio Grande do Norte, Amazonas, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Os Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rio de Janeiro nós mostramos na reportagem. Mas esse é um modo de agir que, segundo os relatos que nós ouvimos na época, se repetem em todo o País.

Como o mercado reagiu: parte dele reagiu com surpresa e parte dele teve uma reação de quem sabia que isso acontecia.

Houve uma audiência pública aqui na Câmara dos Deputados, em 2013 ou 2014.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Foi em dezembro de 2013.

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Nessa audiência, o Presidente da Associação Brasileira de Importadores e Distribuidores de Implantes, das empresas e distribuidoras de próteses, falou abertamente que eles tinham que pagar o chocolate. Quer dizer, todo mundo sabia que isso acontecia. A diferença é que agora uma reportagem de televisão mostrou como isso acontecia. Agora, todo mundo sabia que acontecia.

Em relação aos planos de saúde, eu percebi assim: no período de apuração, havia planos de saúde que sequer se preocupavam com o custo das próteses e pagavam qualquer valor que os médicos fossem apresentar; havia outros planos de saúde que contratavam inclusive consultores para fazerem um meio de campo entre a empresa e o plano e tentar negociar um valor menor. Há relatos incríveis, como, por exemplo, de uma prótese cuja venda foi inicialmente proposta para o plano de saúde por 150 mil reais, mas, depois que entrou a equipe de negociação que o plano contratou, foi vendida por 30 mil reais. Bastou um telefonema! Vejam o absurdo que isso representa.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - É a máfia das empresas interligadas.





O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Sr. Giovani, essa situação ocorre diariamente?

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - É a empresa que entra no vácuo. O plano quer reduzir custos, então, contrata alguém para negociar. É um negociador. É um mercado que se abriu dentro do mercado dos planos de saúde.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Ele é um lobista ou não?

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Não. Não chega a ser um *lobby* porque, na verdade, ele faz algo prático. Ele consegue realmente reduzir o preço, portanto, cobra um valor por isso. É uma consultoria na verdade.

E sobre a questão de outras áreas, eu disse no começo do depoimento que nós recebemos denúncias de que haveria esse tipo de relação promíscua também na área de cirurgia bariátrica, de quimioterapia e nessa área de...

(Não identificado) - Buco-maxilo.

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Sim, sobre buco-maxilo, nós mostramos na matéria. A parte hemodinâmica, cardíaca, de marca-passo, apareceu na matéria. A parte de medicamentos, com empresas oferecendo viagens para médicos. Um laboratório me ofereceu uma viagem de passeio, caso eu indicasse a marca dessa empresa.

Então, nós percebemos que isso está pulverizado nesse segmento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Vamos passar à outra rodada de inscritos.

Com a palavra o Deputado Nelson Marchezan Junior.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Sr. Presidente, Deputado Geraldo Resende, ao saudar V.Exa. e todos os colegas, quero dar uma boa tarde aqui ao Giovani Grizotti, nosso conterrâneo, e dizer que ontem eu fiz uma sessão solene em homenagem ao direito de liberdade de imprensa.

Olhando os números, eu percebi, com tristeza, que a liberdade de imprensa tem gerado cada vez mais agressões físicas aos jornalistas e profissionais do setor, nas mais diversas situações, inclusive naquelas manifestações de rua. Houve 101 registros de agressão a profissionais de comunicação nas manifestações de rua. E a imprensa estava cobrindo a manifestação, estava cobrindo o manifestante.



Eu fico feliz com o fato de que existe ainda jornalista investigativo no Brasil, porque ele tem contribuído muito para desvendarmos várias situações. Mas me estranha que o jornalismo investigativo e que esta CPI ou qualquer outra tenham que entrar em um assunto tão privado. Dentro da minha cabeça, pelo meu preconceito, nas CPIs nós acabamos sendo direcionados a investigar a questão pública, os desvios de recursos públicos, porque estão envolvendo político, algum determinado promotor, alguém do Judiciário. Enfim, é mais difícil buscar a informação.

Quando chegamos ao setor privado, Giovani, vemos que a estrutura pública, o aparato público de Polícia Civil, Polícia Federal, Ministério Público, Ministério da Saúde e órgãos de regulação não tiveram competência e nós chegamos ao ponto de criar uma CPI para investigar isso. Mas quando um jornalista, com uma estrutura mínima de capacidade investigativa, consegue chegar a todos esses dados que está trazendo, parece-me que há um grande conluio.

Peço perdão ao Deputado Mandetta, que não está aqui: existem alguns setores onde a corrupção é mais propícia, e é evidente que ela é mais propícia no setor médico. Não vamos tapar o sol com a peneira. Assim também a corrupção é mais propícia na política por causa das vaidades, por causa do custo, por causa do acesso ao poder e do acesso a recursos públicos, que são volumosos. É evidente. Da mesma forma — eu estudei bastante a questão do Judiciário —, sei que há uma máfia no Judiciário e sei onde ela está. Isso que não quer dizer que eu condene todos os juízes, nem todos os políticos e nem todos os médicos. Mas isso há de ser mostrado.

Então, Giovani, a minha pergunta é: onde é que está esse conluio? É impossível que os planos de saúde só percam, não tenham montado um aparato de provas e não tenham denunciado toda essa estrutura de corrupção, de desvio, de superfaturamento, enfim — para ser modesto nos adjetivos —, sem que a polícia, a estrutura pública, o Judiciário, o Ministério Público, o Ministério da Fazenda, o Ministério da Saúde e a ANVISA não tenham construído algo para combatê-la.

Por que você acha que se chegou a esse ponto? Porque há um conluio de Ministério Público, de polícia, de ANVISA? Eu queria entender isto: por que o Giovani Grizotti teve tanto sucesso para descobrir tantas coisas, para mapear uma





estrutura tão gigantesca? E só o Giovani Grizotti teve sucesso! Toda a estrutura pública, que é milhares de vezes superior à estrutura que ele teve, nunca conseguiu dismantelar isso. Minha pergunta se resumiria a isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Antes do Deputado Pompeo de Mattos, que é o último inscrito, eu gostaria de convocar todos os membros da CPI para a reunião da terça-feira, dia 5 de maio, às 14 horas.

(Não identificado) - Está tendo Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Sim, está tendo Ordem do Dia, mas ainda não houve votação.

Na terça-feira, nós vamos ouvir o Dr. José Nazareno Gil, Presidente do Colégio Brasileiro de Cirurgia e Traumatologia Buco-maxilo-facial; o Dr. Modesto Cerione Jr., Presidente da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia; a Sra. Andreia Bergamin, enfermeira, consultora e especialista em órteses, próteses e materiais especiais; e o Dr. Jorge Pinheiro de Lima, Presidente do Hapvida Saúde, de Fortaleza, no Ceará, um plano de saúde que tem uma experiência exitosa. Como o Deputado Mandetta estava cobrando, parece que, no Hapvida, eles têm uma experiência exitosa no controle das órtese e próteses utilizadas nos usuários. Isso será na terça-feira

Na quarta-feira, nós vamos também ouvir duas entidades: a UNIMED do Brasil e a Associação Brasileira de Medicina de Grupo — ABRAMGE. Vamos ouvir o Dr. Cláudio Luiz Lottenberg, que é o Presidente do Hospital Albert Einstein, sobre a experiência deles no controle de órteses e próteses. E vamos ouvir o Presidente da Associação Nacional de Hospitais Privados, que já nos procurou e inclusive se colocou à disposição. Nós tivemos uma conversa à luz do dia, no meu gabinete, na qual ele colocou à disposição todo o material e toda a sua equipe para poder dizer em quais caminhos ele gostaria de contribuir para que fosse criado esse marco regulatório.

E na quinta-feira, nós vamos ter a deliberação dos próximos requerimentos.

Eu passo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Sr. Presidente, faço só uma questão de ordem. Foi feita uma pergunta ao Giovani que, parece-me, ele





ainda não respondeu, sobre a questão da destruição ou do comprometimento dos equipamentos de próteses, de implantação: isso foi feito por profissionais?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Ele responderá quando for falar depois do Deputado Pompeo de Mattos. Logo depois da intervenção do Deputado Pompeo de Mattos, ele vai responder tanto a esse questionamento quanto ao do Deputado Nelson Marchezan Junior.

Giovani, eu também lhe darei um tempo para que possa falar de algumas situações que talvez não tenham sido levantadas aqui. Também gostaria de saber sua opinião sobre como nós poderemos ter esse resultado, se você indica alguns caminhos que devemos trilhar para que possamos fornecer algum resultado sobre aquilo em que cada um de nós esteja envolvido.

O que você sugere com relação a essas questões que levanta aqui e que deixa todos nós incomodados, inclusive nós médicos, para podermos superá-las e construir uma nova página na história das órteses, próteses e dos materiais especiais no País?

Tem a palavra o Deputado Pompeo de Mattos, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa., cumprimentar o Deputado André Fufuca, cumprimentar o Giovani Grizotti, cumprimentar os colegas Parlamentares.

Na verdade, eu estou entrando agora na CPI, pois recebi a indicação do meu partido a partir do fim de semana. Então, estou me inserindo no contexto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Seja bem-vindo!

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu não cheguei bem no começo, Giovani, porque eu estava acompanhando o Ministro do Trabalho aqui na Comissão do Trabalho, onde também está pegando fogo o debate sobre a questão das demissões e fiscalizações.

Mas eu tenho acompanhado todo o trabalho do Giovani nessa questão das órteses e próteses pela RBSTV, naturalmente pela *Globo*, pelo *Fantástico*, pelo jornal *Zero Hora*. Nós somos gaúchos, e lá a notícia bombou e ganhou espaços relativamente generosos. Ela é importante, como importante é o fato.





O Giovanni — deu para perceber aqui — é um jornalista, eu diria assim, remanescente do jornalismo investigativo. Eu acho que antes o nosso Caco Barcellos era o grande nome. Hoje o Giovanni ponteia e faz um trabalho excelente, reconhecido e respeitado em todas as áreas. Ele começou lá na RBSTV, agora ganhou o Brasil e vai ganhar o mundo, pelo que eu estou vendo.

Giovanni, eu já quero, então, parabenizá-lo até pela coragem, porque não é fácil. As pessoas dizem assim: *“Ah, mas tu não tens medo?”* Às vezes me perguntam também por algumas coisas em que eu também tranco o pé. Na CPI do Narcotráfico sabe-se que eu tranquei muito o pé.

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - É a mesma coisa.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Perguntam: *“Tu não tens medo?”* Eu digo: *“Eu tenho medo, eu tenho medo, mas não medo de morrer de medo nem medo de correr de medo. Eu tenho medo, mas tenho coragem”*.

O medo é um sentimento que a gente sente para cuidar da vida, e ele se compara à dor, que é o que tu sentes para cuidar do corpo. Todo mundo sente dor; não tem quem não sinta dor. Aí tu cuidas da parte que te dói e te protege. Tu sentes o medo; tu te cuidas também, mas a gente tem que ter coragem.

“Ah, mas quem tem medo é covarde”. Não é verdade. O covarde não tem é coragem, e quem tem coragem não é covarde. E tu és alguém corajoso, corajoso. Então, é importante dizer isso.

Na sequência, para não espichar a conversa, quero dizer que, nas tuas investigações, eu vi que tem uma preocupação com os médicos, com os hospitais, enfim, com uma série de envolvimento. Mas me chama muito a atenção essa questão da indústria das liminares. Quer dizer, sobre os juízes envolvidos, eu não vi a primeira parte. Chegaste a nominar algum juiz?

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Não.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não nominou.

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Os juízes, a princípio, no Rio Grande do Sul, foram induzidos em erro.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Induzidos em erro? Não há uma coisa, assim, de má-fé?

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Não, não. Que eu tenha conhecimento, não.





O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - É, porque eu sei que o Judiciário tem lá os seus problemas, e eles se escondem atrás deles mesmos, da falta de informação. Eles acusam ou, às vezes, se recusam a dizer que não sabiam e por conta do que foram levados.

O que existe é que, porque só o advogado engana o juiz, tu podes mentir para um uma vez, para dois duas vezes, para muitos muitas vezes. Dá para enganar todos por toda a vida; a vida é tão curta que tem gente que morre enganado. Mas tem uma pessoa que não dá para tu enganares: é a ti mesmo. Para tu mentires para ti, bota mentiroso; e para tu acreditares, bota bobo. Então, tem juiz que é mentiroso e bobo? Então, a gente tem essa preocupação em relação a isso.

E a outra questão é em relação aos próprios planos de saúde. Eu falei com alguns médicos em função da reportagem, amigos meus, enfim, que eu tenho como pessoas de conduta muito boa, como eu imagino seja a grande maioria. Eles me disseram que poderia ter gente dentro dos próprios planos interessada.

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Eu já falei.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Tu chegastes a falar isso? Ah, desculpe-me. Haveria gente dos próprios planos interessada em contabilizar isso nos planos. Quer dizer: vai lá, paga o que não vale, faz o acerto nos planos de saúde, paga o que não vale e aí contabiliza para elevar o custo dos planos.

Ou seja: é uma máfia que envolveria gente dentro dos planos também. Porque o plano de saúde sabe quanto custa isso, quanto custa aquilo; eles vivem disso, eles sabem, eles têm parâmetro. É como comprar um carro, é como era no mensalão.

Eu fui da CPI dos Correios. Por que eles escolheram o *marketing* para fazer a fraude? Era o *marketing* do Banco do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Vou concluir, Sr. Presidente.

Porque, se tu comprares um carro, o preço está na Tabela FIPE, a construção tem o metro quadrado. Tudo tem parâmetro para medir. Quanto é que custa um *marketing*, uma propaganda? Quanto é que custa um quadro, uma obra de arte? O valor é intangível. Então, se a assinatura de um é 1 milhão, quanto é que custa um parecer jurídico? Se é do Pompeo, não vale nada; se é do sei lá, vale tanto.





Então, são essas as questões que estão postas. Eu fico assim, porque me parece que os planos de saúde têm que se examinar por dentro também. Daqui a pouco os custos dos planos de saúde estarão se elevando por conta de que eles estão pagando o que não vale por coisas que não têm essa expressão, contabilizam tudo e fazem um acerto por baixo. Então, tem essa preocupação que a gente tem que levantar.

No mais, eu quero aqui parabenizar, agradecer e dizer, Presidente, que estamos juntos aí para a gente poder trabalhar. E vou ver essa questão do Mãe de Deus, para a gente poder inserir também o bom exemplo do Hospital Mãe de Deus, lá do Rio Grande do Sul, já que tu trouxestes aí os maus exemplos que há. Vamos também trazer um bom exemplo de como fazemos para avançarmos nas coisas boas.

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - O que a gente, na reportagem, mostrou também.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu sei, eu vi. Eu vi a reportagem.

Então, vamos trazer para dentro da CPI. Quero trazer para dentro da CPI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Vamos passar a palavra ao nosso convidado. Ele poderá responder a todos os questionamentos, além de fazer as suas considerações finais. Desde já agradecemos a sua presença hoje aqui. Certamente ele contribuiu em muito para o andamento desta CPI.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Giovani, só a última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - O Deputado Relator quer fazer uma pergunta final.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Para completar.

A gente tem uma CPI em andamento na Casa, a CPI do HSBC, que trata de diversas pessoas do nosso País que, fraudando a Receita, fraudando tudo, colocavam dinheiro em outro país, justamente para lavá-lo. E eu faço a pergunta: as propinas pagas aqui no Brasil. Tem uma alguma notícia de propina paga fora do Brasil?

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - De dinheiro colocado em outro País?





O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Não. Não há. O senhor se referiu antes, o Pompeu também citou, o Deputado Mandetta também falou dos bons exemplos. Tem uma experiência interessante. Depois que estourou o escândalo das próteses na década de 90 no Grupo Conceição, foi criado agora, recentemente, a gente ficou sabendo depois da reportagem uma experiência para controlar o uso de próteses no Hospital Cristo Redentor. Talvez seja uma situação interessante para ser exposta e colocada à disposição de outros hospitais também. Mas, Marchezan, eu não acho que haja um grande conluio nacional, uma teoria conspiratória para acobertar esse tipo de esquema. A gente ouviu alguns relatos superficiais, que não conseguimos comprovar, de que poderia haver membros do Judiciário envolvidos numa indústria de liminares em São Paulo. Eu acho que não estávamos aqui no começo. Mas, no Rio Grande do Sul, quem me deu o alerta da indústria de liminares foi exatamente um Desembargador, que é o Dr. João Barcelos, ex-Promotor do Tribunal Militar, que é uma pessoa sobre a qual...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Respeitabilíssimo.

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Super-respeitoso e com quem tenho uma boa relação. O que eu posso dizer é o seguinte: em setembro do ano passado, no momento em que eu estava começando a fazer a reportagem, o Ministério Público do Paraná recebeu um dossiê sobre esse esquema, e eu não tenho informação se isso andou ou não andou. Mas recebeu. O Ministério Público do Rio Grande do Sul havia investigado uma fraude muito parecida, mesmo *modus operandi*, Intelimed, Fernando Sanchis, mesma máfia, denunciada pela Golden Cross, em 2012. Foi dali, aí eu descobri que havia essa investigação arquivada, o Promotor não conseguiu, no entender dele, configurar crime, e é um promotor sério, Ricardo Herbstrith, da Promotoria Criminal. E eu, pesquisando esse processo, foi ali que eu descobri um orçamento da Intelimed em que havia um parafuso vendido por 2 mil reais, cuja nota fiscal de importação obtida pelo Procurador da República lá de Uberlândia apontava um custo de 200 reais. Então, quer dizer, havia elementos ali na investigação, mas, naquele momento, naquele contexto, a equipe do Promotor não conseguiu levar adiante. E por que chegou a esse ponto? Na minha opinião, desleixo total, falta de fiscalização, falta de controle. A informação que eu tenho é que os planos de saúde levaram esse assunto para a Polícia Federal muito antes de o Ministro da Justiça ter





determinado esse inquérito, depois da reportagem do *Fantástico*. Não se sabe se essa informação levada pelos planos avançou ou não. E outro ponto que eu também acho que é importante é aquela ideia que talvez sempre todo mundo tem de achar que a classe dos médicos estaria imune a esse tipo de fraude. A gente está num País em que o jeitinho brasileiro começa desde criança e vai até adulto. E vocês, melhor do que ninguém, e eu repito esse tese o tempo todo, hoje, inclusive no aeroporto, de que os políticos, uma parcela da classe política é o reflexo da sociedade, isso não há dúvidas. Só que acho que a classe médica tem aquela coisa assim de a gente considerar o médico um ser superior. Então, daqui a pouco, nunca se olhou muito para esse segmento. Talvez seja isso, mas é uma tese apenas, entendeu? Não saberia explicar como a situação chegou a esse ponto. Agora...

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Mas é que a situação não chegou agora nesse ponto, parece-me. Pelas pessoas que eu conversei, ela...

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Ela está assim há muito tempo.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - ...ela é assim.

O SR. GIOVANI GRIZOTTI - Claro. A esse ponto, eu digo, pelo menos agora se sabe como é que funciona e tal, é uma força de expressão. Mas é difícil explicar. Com certeza, passa pela falta de fiscalização, pela falta de controle, pela falta de regramento que agora a CPI aqui busca obter. E eu acho que era isso. Acho que o meu depoimento termina aqui, presencialmente, mas vai continuar. Eu quero continuar colaborando com a CPI. A minha cobertura desse caso, até porque a gente tem outros assuntos para trabalhar, terminou num primeiro momento, mas a gente está recebendo muita informação, muita denúncia. A gente mantém contato com a CPI, e tudo que a gente puder fazer para contribuir a gente vai estar sempre à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Antes, porém, convoco reunião para o dia 5 de maio, terça-feira, às 14 horas, em plenário a ser definido, com a seguinte pauta: audiência pública com a presença do Sr. José Nazareno Gil, Sociedade Brasileira Buco-Maxilo-Facial; Sr. Modesto Cerioni Júnior, Presidente da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia; Sr. Jorge Pinheiro de Lima, Presidente da Hapvida; e da





Sra. Andrea Bergamin, enfermeira, consultora e especialista em órtese, prótese e materiais especiais.

Com a palavra o Deputado Mandetta, antes de eu encerrar.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Sr. Presidente, como há um número muito grande de ações que fazemos na Casa, e, às vezes, a gente faz um raciocínio aqui na CPI de ir em determinada direção, mas, eventualmente, já há convocações, requerimentos, se a gente pudesse ter, por parte não sei se do Relator ou da Presidência, um resumo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Sim, nós temos e eu posso encaminhar a todos os gabinetes das Sras. e Srs. Deputados até a próxima semana...

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - ...os requerimentos já aprovados. Já estamos marcando para a próxima quinta-feira, depois da oitava da terça-feira e da quarta-feira do pessoal que eu já divulguei os nomes. Na quinta-feira, vamos ter uma reunião para se discutir somente os requerimentos.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - E se há um roteiro por parte do Relator para a gente saber em que fase estamos no roteiro, a fim de poder se contextualizar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - O.k. Será encaminhado.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão. Agradeço a todas as Sras. e os Srs. Deputados. Um agradecimento especial aqui ao jornalista da RBS, Sr. Giovani Grizotti, pela bela contribuição. Também agradeço aqui ao Dr. João Paulo Fernandes de Carvalho, advogado que veio acompanhando o jornalista.

Muito obrigado a todos e obrigado também à equipe de assessoria da Comissão.

